**Comissão Parlamentar Mista de Inquérito com a finalidade de, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, investigar a situação da violência contra a mulher no Brasil e apurar denúncias de omissão por parte do poder público com relação à aplicação de instrumentos instituídos em lei para proteger as mulheres em situação de violência, criada pelo Requerimento nº 4 de 2011-CN.**

###### ATA DA 34ª REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 34ª Reunião realizada em 10 de dezembro de 2012, às 15 horas e 44 minutos, no Plenário da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará, sob a presidência da Deputada **Jô Moraes (PCdoB/MG)** e com a presença da Deputada **Gorete Pereira (PR-CE)** e do Senador não membro **Inácio Arruda (PCdoB-CE).** Deixaram de comparecer os Senhores Senadores: **Ana Rita (PT-ES), Ângela Portela (PT/RR),** **Ana Amélia (PP/RS), Lúcia Vânia (PSDB/GO), Maria do Carmo Alves (DEM/SE) e Armando Monteiro (PTB/PE);** e os Senhores Deputados: **Dr. Rosinha (PT/PR)**, **Marina Santanna (PT/GO)**, **Teresa Surita (PMDB/RR), Eduardo Azeredo (PSDB/MG), Rebecca Garcia (PP/AM), Prof. Dorinha Seabra Rezende (DEM/TO), Keiko Ota (PSB/SP), Sueli Vidigal (PDT/ES), Carmem Zanotto (PPS/SC), Célia Rocha (PTB/AL) e Ademir Camilo (PSD/MG).** Na ocasião foi realizada Audiência Pública com a presença dos senhores: **Delegado Luiz Carlos Dantas**, Superintendente da Policia Civil do Estado do Ceará; **Dr. Raimundo José Arruda Bastos,** Secretário de Saúde do Estado do Ceará; **Mônica Maria de Paula Barroso**, Coordenadora Especial de Políticas para as Mulheres do Estado do Ceará; **Dra. Fátima Maria Rosa Mendonça**, Juíza do Juizado da Violência Doméstica e Familiar do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará; **Dra. Maria Magnólia Barbosa da Silva**, Procuradora de Justiça do Estado do Ceará; **Dra. Elizabeth Souza**, Defensora Pública do Estado do Ceará; **Nilde Souza,** representante da Articulação de Mulheres Brasileiras; **Senhora Maria da Penha,** Presidente do Instituto Maria da Penha.

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Boa tarde a todos e a todas.

Declaro aberta a 34ª Reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada pelo Requerimento nº 4, de 2011, do Congresso Nacional, com a finalidade de, no prazo de 180 dias, prorrogados por mais 180, investigarmos a situação da violência contra a mulher no Brasil e apurar denúncias de omissão por parte do Poder Público com relação à aplicação de instrumentos instituídos em lei para proteger as mulheres em situação de violência.

Conforme convocação, a presente reunião destina-se à realização de audiência pública na cidade de Fortaleza para escutar alguns convidados.

Antes de me referir a esses convidados e chamá-los a fazer seus depoimentos, eu queria agradecer à Assembleia Legislativa, ao seu Presidente, através da Frente Parlamentar de Defesa dos Direitos da Mulher, das Deputadas aqui presentes, da Deputada Fernanda, da Deputada Rachel, da Deputada Bethrose, do Deputado Lula, e dizer que a acolhida que a Assembleia faz é expressão das conquistas já realizadas com a criação da Procuradoria e o funcionamento regular da Frente Parlamentar. Essa conquista tem um papel muito importante, porque dá continuidade à conquista de direitos e estabelece, através da Procuradoria, uma dinâmica de relacionamento com a sociedade civil.

Cumprimento os funcionários e funcionárias e agradeço-lhes por sua disponibilidade, por sua acolhida – aos setores de comunicação da Assembleia, ao Cerimonial –, porque o seu suporte à realização de nossos trabalhos é parte da vitória que nós temos.

Queríamos dizer que os objetivos da CPMI, diferentemente dos de outras, não estão centrados em levantamento de dados e informações sobre a violência contra a mulher – as informações, nós encontramos cotidianamente nos meios de comunicação, nos jornais, nos dramáticos assassinatos e agressões que ocorrem todos os dias. O objetivo central da CPMI é verificar, avaliar, fiscalizar como os órgãos do Poder Público estão implementando as conquistas materializadas na Lei Maria da Penha.

E aqui faço um intervalo para dizer que é uma grande satisfação para a CPMI poder contar aqui com a presença desta cearense que teve a coragem de enfrentar as maiores dificuldades para fazer com que o Brasil reconhecesse que aquele período de nossa história em que se dizia que “em briga de marido e mulher ninguém mete a colher” havia sido ultrapassado e que era necessária a criação de uma política de Estado. Por isso, minhas homenagens e minhas congratulações à nossa querida Maria da Penha, que será escutada durante os trabalhos da CPMI – será um depoimento da sociedade civil, que está entre os que foram aprovados no requerimento. (*Palmas*.)

Quero dizer que, por características do Regimento Interno do Congresso Nacional quanto a CPMIs, apenas parlamentares federais – Deputados Federais ou Senadores – poderão inquirir as pessoas convidadas. Por isso é que nós tivemos este primeiro momento, a primeira parte, em que, merecidamente, deputados e deputadas estaduais puderam fazer uso da palavra.

Queríamos também, por último, dizer que há um enorme desafio no Estado do Ceará. O Brasil é o sétimo país entre 84 países do mundo em índices de homicídios contra mulheres (4,4 por cem mil mulheres).

Qual é a particularidade do Ceará? Sem dúvida, pelas estatísticas do Instituto Sangari, o Ceará é o 22º em violência doméstica, embora Fortaleza seja a 16ª capital, com um índice bem mais elevado do que o índice do Estado do Ceará.

Qual é a nossa pergunta? Efetivamente, o índice de violência no Estado do Ceará é menor do que em vários outros Estados do Brasil ou a notificação ou o registro dos casos de homicídios são precários e não respondem a essa realidade? Essa é uma discussão que queremos fazer com os senhores e com as senhoras.

Queremos dizer também que, entre os cem Municípios com maior índice de violência, o Ceará tem apenas dois, entre eles, o Município de Barbalha, que é lamentavelmente o 13º entre os cem Municípios do País. Evidentemente, Quixeramobim é o 51º, com uma taxa de 11,1% numa população feminina de 36 mil.

São dados que nos preocupam, porque nós precisamos... E, com esta audiência, apenas se inicia um processo de verificação dos índices de violência, de aferição da justeza dos índices apresentados, para vermos como enfrentamos a violência aqui.

O Estado do Ceará, dos seus 184 Municípios e oito macrorregiões, tem sete delegacias, três delas não exclusivas, cobrindo apenas três das oito macrorregiões do Estado, porque as outras estão distribuídas nas mesmas macrorregiões. Nós temos três serviços de saúde, dois juizados de violência doméstica, duas promotorias especializadas, quatro defensorias especializadas, quinze centros de referência de atendimento à mulher, duas casas-abrigo, sete organismos governamentais.

Quero dizer aos senhores e às senhoras que o que temos visto em todos os Estados são três ordens de questão. A primeira ordem, a precariedade no sistema de informações. Nós discutimos hoje, por exemplo, com a nossa delegada da Delegacia Especializada de Fortaleza que muitas vezes os inquéritos instaurados pelas delegacias comuns não necessariamente vão diretamente a um centro único e isso faz com que não tenhamos uma centralização de informações. A precariedade nas informações também atinge a falta de interlocução entre os diferentes órgãos, varas, delegacias, defensorias, Ministério Público.

Segundo aspecto: a precariedade de pessoal e de estrutura física. Nós temos poucos servidores, muitos deles com situações frágeis, em todas as instituições. Isso não é um dado só do Ceará, é um dado de todo o Brasil.

E a terceira questão: o que nos falta? A criação de uma articulação entre todas as instituições que trabalham com essa questão.

Por último, eu queria dizer aos senhores e às senhoras que estivemos com o Governador Cid Gomes e apresentamos um elenco de demandas que nos pudessem auxiliar na ampliação da estrutura do sistema que atenda à mulher vítima de violência.

Colocamos a necessidade da imediata mudança do prédio da atual delegacia especializada, dada a precariedade. Colocamos a necessidade de haver em Fortaleza, de imediato, mais uma delegacia. As Deputadas Estaduais aqui presentes apresentaram um projeto extremamente importante e desafiador, que é a criação do Complexo da Mulher, uma das iniciativas mais brilhantes que nós temos. Colocamos as demais demandas e que ele pudesse ser um articulador de um comitê intergestores e que pudesse nos assegurar a ampliação no interior.

O Governador do Estado nos colocou aquilo que era possível. Em primeiro lugar, o aperfeiçoamento do sistema de informações, um debate já realizado pela Coordenadora, por nossa Defensora Mônica Barroso, que já nos havia informado estudos envolvidos e que o boletim de ocorrência pudesse ter um campo específico. O Governador sinalizou que essa é uma medida de ser possível ser imediatamente constituída, nos apontou também a possibilidade de que se intensificasse, pelas academias de polícia, um treinamento dos profissionais das delegacias comuns, porque a violência contra a mulher não é uma coisa simples; não é qualquer profissional que sabe que tem condições de enfrentar o drama que é uma agressão. O Governador também assumiu o compromisso e nos sinalizou a possibilidade de garantir a existência de uma delegacia em, pelo menos, todas as macrorregiões do Estado, e se comprometeu de tomar a iniciativa da criação do comitê intergestor.

Para nós, a conversa com o Governador foi fundamental, para que, em nível do maior cargo de responsabilização do Executivo, pudesse haver explícita e abertamente um compromisso claro com a política de enfrentamento à violência contra a mulher.

Por isso, quero, mais uma vez, cumprimentar, especialmente a Deputada Gorete Pereira, que não só apresentou o requerimento, mas também brigou para que a CPMI viesse ao Ceará, tanto que hoje nós tivemos de nos dividir. A Relatora, Senadora Ana Rita, está no Estado do Pará, e definimos que a Presidência nomearia Relatora *ad hoc* a Deputada Gorete Pereira, para que pudesse se desenvolver esse processo.

Usarão das palavras em seus depoimentos, o Secretário de Segurança Pública do Estado do Ceará ou seu representante. Foram convidados... E nós queremos destacar que um dos problemas que a CPMI enfrenta, em todos os Estados, é a subestimação dos principais gestores no comparecimento à audiência pública. Por isso, quero cumprimentar os gestores que estarão aqui presentes – de primeiro escalão... Parece-me que, neste momento, está presente o Secretário... Está aqui presente, neste momento, em nível de primeiro escalão, o Secretário da Saúde do Estado do Ceará, Dr. Raimundo José Arruda Bastos, a quem quero cumprimentar, pois a presença do primeiro escalão, das instâncias que nós convidamos é demonstração de compromisso.

Está também aqui presente o representante do Secretário de Segurança Pública e Defesa Social do Estado do Ceará. Registro. Registro que o Secretário de Segurança Pública do Estado do Ceará está em viagem; logo, nós consideramos que sua ausência se justifica pela viagem. Para representá-lo, está nosso Superintendente da Polícia Civil, Dr. Luiz Carlos de Araújo Dantas.

Chamamos também a Secretaria de Cidadania e Justiça do Estado do Ceará que, por uma confusão nas informações, no fluxo das informações, considerou que ela poderia repassar a representação para nossa coordenadora. Estão presentes também a representante da Desembargadora Francisca Adelineide Viana, Coordenadora Estadual da Mulher, e a nossa Juíza Fátima Maria Rosa Mendonça.

Estarão aqui também, representando o Procurador-Geral de Justiça do Estado, a nossa Procuradora Maria Magnólia Barbosa da Silva e, representando a Defensoria Pública, a Drª Elizabeth das Chagas Sousa.

Foi aprovado requerimento para escutarmos aqui a Coordenadora Estadual de Políticas para as Mulheres, a Drª Mônica Maria de Paula Barroso, que, como Coordenadora do Pacto do Enfrentamento à Violência, é automaticamente convidada para estar aqui presente.

E, por último, a representação da sociedade civil, no caso a nossa querida Maria da Penha, que fará o seu depoimento.

As Deputadas Estaduais podem permanecer o tempo que quiserem à mesa, porque eu considero que a presença das senhoras e do senhor é a expressão de que a Assembleia continua comprometida com a nossa Casa. Caso tenham outra agenda necessária, poderão sair.

Nós escutaremos, em primeiro lugar, por ordem de dinâmica e de importância do comprometimento, o representante da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Ceará, Dr. Luiz Carlos Dantas, que poderá escutar os questionamentos que a nossa Relatora *ad hoc* fará, para que o senhor possa fazer...

Caso, Dr. Dantas, o senhor tenha trazido algum outro servidor da estrutura que tenha um número maior de informações do sistema de segurança, o senhor poderia fazer a abertura e passar a palavra para a pessoa responsável, já que muitas vezes é quem centraliza o maior número de informações.

Nós passaremos a palavra para a nossa Relatora, que fará suas considerações gerais e fará as perguntas para que o senhor as anote.

Já foi passada para o Dr. Dantas a cópia das perguntas? (*Pausa.*)

Já. Então, nós passaremos para a nossa Relatora *ad hoc* e, caso não tenha sido passada a cópia das perguntas, nós pedimos à assessoria que imediatamente seja passada para ele, para que ele possa ter em mãos as perguntas a serem colocadas.

O senhor terá, quando for ocupar a tribuna, até 20 minutos, juntamente com a assessoria que o senhor quiser convocar.

Com a palavra a nossa Relatora *ad hoc*, Deputada Gorete Pereira, autora do requerimento.

**A SRª GORETE PEREIRA** (PR – CE) – Boa tarde a todos e a todas. É um prazer estar fazendo na tarde de hoje: mais uma reunião com pessoas ilustres e abnegadas que a todo instante estão pensando no problema da violência contra a mulher, que realmente é uma lástima que ainda está em grau bastante elevado no nosso País. Não poderíamos deixar que a CPMI do Congresso Nacional, depois de já ter visitado 15 Estados do Brasil, deixasse de vir a Fortaleza, para que a gente pudesse ouvir e instrumentalizar as ações que poderão ser tomadas a partir de agora.

Eu gostaria de dizer que as Deputadas Estaduais aqui – a Fernanda Pessoa, a Bethrose, a Rachel Marques –, e o Deputado Lula Morais, que são realmente aqueles Deputados mais ligados aos direitos humanos e à violência contra a mulher. Ficamos muito satisfeitos de estar nesta tarde de hoje reunidos aqui com eles; como também com a Drª Fátima Maria Rosa Mendonça, que é a Juíza Titular do Juizado da Violência no Estado do Ceará; a Srª Elizabeth Sousa, Defensora Pública; a Drª Magnólia Barbosa, Procuradora de Justiça, que sempre nos atende e nos acode em todos os nossos problemas; a Drª Rena Gomes Moura.

Drª Rena, nós falávamos com o Governador da sua abnegação, do seu trabalho, sozinha, praticamente, e a gente pedindo que aumentasse o número de efetivo para melhorar.

Não podia deixar de citar também a nossa Delegada Cezarina Cavalcante, que está fazendo um trabalho lindíssimo no Maracanaú. Também está presente a Sineide Castro, que é da Casa Chiquinha Gonzaga.

Acho que não esqueci ninguém.

Lembro também Mônica Barroso, que também é uma pessoa que sempre está junto com a gente e também me acode quando estou com esses problemas para levar para Brasília, para algum fórum.

Deixei para o final, de propósito, Maria da Penha, essa nossa amiga que foi a precursora de muita coisa favorável à mulher, a partir de uma Lei que, juridicamente, tem mostrado fora do Brasil que aqui se está pensando diferente em relação à violência contra a mulher.

Todos os momentos há em Brasília uma fiscalização das Deputadas Federais w das Senadoras e, com certeza, das Deputadas Estaduais do Brasil. Maria da Penha, há uma fiscalização dessa Lei e uma sensibilidade muito grande por ela, para que ela, realmente, seja uma lei daquelas que pegam e que seja cumprida neste País.

Então, neste momento, como Relatora, a quem cabe fazer algumas perguntas às pessoas que estão aqui reunidas nesta tarde, eu gostaria de fazer perguntas à pessoa que está substituindo o nosso Secretário de Segurança Pública, o Dr. Dantas, que também já percorre a Superintendência de Fortaleza e já viu muita coisa.

Há 184 Municípios no Ceará e apenas sete Delegacias da Mulher, sendo só uma em Fortaleza e seis no resto do Estado, quando sabemos que esta Casa aprovou, tempos atrás, uma lei determinando que todo Município que tivesse 60.000 habitantes deveria ter uma Delegacia da Mulher. Mesmo assim não conseguimos evoluir. Temos de trabalhar todo dia, e muito, pela mulher, porque é difícil. Hoje mesmo o Governador já prometeu mais uma delegacia e prometeu também que todas as macrorregiões do Estado do Ceará teriam uma Delegacia da Mulher.

Quanto à previsão do aumento, já dei a resposta porque perguntamos ao Governador, e S. Exª já disse. Mas o Dantas não estava presente; ele não podia nem ter falado, não é?

Eu gostaria de perguntar ao Dr. Dantas se a Secretaria de Segurança possui alguma política específica para enfrentar os homicídios de mulheres.

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Deixe-me explicar: o Dr. Dantas terá até 20 minutos para responder a todas as perguntas.

Então, a sugestão – é assim que funciona – é a gente apresentar todas as perguntaspara que o senhor possa, se quiser – parece-me que é o seu caso –, também acessar outras pessoas da Secretaria para ajudá-lo a complementar as informações.

**A SRª GORETE PEREIRA** (PR – CE) – A segunda pergunta para o Dr. Dantas: os profissionais recebem capacitação específica para lidar com a violência sexual e não “revitimizar” as mulheres?

Quando foi feita a última capacitação dos servidores para lidar com mulheres vítimas de violência?

O Governo do Estado informou que, em julho passado, houve a criação de um grupo de trabalho para aprimorar o sistema de estatística da Secretaria de Segurança Pública, dentro da qual há um subgrupo dedicado a elaborar os fluxos de atendimento das mulheres em situação de violência no Estado.

Pergunto: quantas delegacias do Estado disponibilizarão esse material? Quando será implantado um campo específico para o registro da Lei Maria da Penha nos boletins de ocorrência?

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Dr. Luiz Carlos Dantas, Superintendente da Polícia Civil, o senhor pode ocupar a tribuna. Parece-me que o senhor também contará, para complementar os dados, com a presença da Drª Rena. O senhor pode usar a tribuna.

No momento em que considerar adequado, o senhor poderá passar a informação para ela.

**O SR. LUIZ CARLOS DANTAS** – O.k.

Boa tarde a todos.

Em primeiro lugar eu gostaria de afirmar que é com muita satisfação, com muita honra que estamos aqui neste momento representando o Exmo Sr. Secretário de Segurança Pública, Coronel Francisco Bezerra, que, tenho certeza, teria grande prazer em estar aqui neste momento, mas, impossibilitado, mandou-me cumprimentar e abraçar todos e dizer também do seu interesse no assunto, uma vez que ele colocou a questão da mulher como prioridade para a segurança pública do Estado do Ceará.

Eu sou testemunha disso e devo dizer que a primeira reunião que o Exmo Sr. Secretário de Segurança Pública promoveu no âmbito do sistema de segurança pública do Ceará, quando assumiu o cargo no início de 2011, foi uma reunião com todas as delegadas titulares de delegacias de mulheres e com outras mulheres que atuam não só na capital, mas também no interior.

Gostaria de cumprimentar todas as Deputadas aqui presentes na pessoa da Deputada Jô Moraes, da Deputada Gorete e da nossa heroína nacional, Drª Maria da Penha. Na pessoa do Deputado Lula, cumprimento e saúdo todos os Deputados aqui presentes; os servidores desta Casa; os profissionais de imprensa; na pessoa da Drª Rena, as delegadas de polícia; e na pessoa da Drª Magnólia, as promotoras de justiça.

Gostaria de também convidar, para fazer parte aqui, além da Drª Rena, nossa festejada Delegada da Mulher que não tem medido esforços, anos a fio, para contribuir com a questão da diminuição ou erradicação da violência contra a mulher, a Drª Penélope, Delegada da Delegacia da Mulher de Sobral, e a Drª Cezarina, Delegada da Delegacia da Mulher de Maracanaú.

Por favor, eu queria a permissão de V. Exª para que elas também fizessem parte aqui dessa equipe,...

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – O senhor tem toda a permissão.

**O SR. LUIZ CARLOS DANTAS** – ... já que o sistema de segurança pública funciona efetivamente como uma equipe.

**A SRª GORETE PEREIRA** (PR – CE) – Dr. Dantas, o senhor sabe qual é o orçamento que essas Secretarias recebem para o desempenho? Porque, na manhã de hoje, em visita à única Secretaria que existe em Fortaleza, realmente nos causou um pouco de dó a condição em que encontramos a Secretaria em relação a efetivo, à estrutura física do imóvel, para proporcionar realmente o que as mulheres estão procurando. O senhor sabe dizer o que Secretário de Segurança repassa para essas delegacias para que possam fazer um atendimento melhor?

**O SR. LUIZ CARLOS DE ARAÚJO DANTAS** – Bem, sinceramente, eu não sei explicar neste momento para a senhora. Não sei detalhar a quantia em dinheiro que é repassada, mas posso dizer, como já afirmei, que há um interesse muito grande. Não tenho nenhuma dúvida de que, se pudéssemos resolver todas as coisas no período em que estivemos, teríamos, sim, resolvido.

Eu pergunto se eu posso responder os quesitos na ordem aqui, que não diferentes da ordem das perguntas feitas pela Deputada Gorete.

**A SRª GORETE PEREIRA** (PR – CE) – Fique à vontade.

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PC do B – MG) – Nós só queríamos registrar que, com relação à pergunta da Deputada Gorete, como o senhor não está com a informação agora, nós daríamos um prazo de até 10 dias, para que a Secretaria de Segurança mandasse a informação, porque é uma informação muito importante. Evidentemente, nós daremos um prazo, e o senhor poderá pedir ao Secretário de Segurança que envie a informação à Secretaria da CPMI.

**O SR. LUIZ CARLOS DE ARAÚJO DANTAS** – Muito obrigado. Tenha certeza de que, mesmo antes do limite desse prazo, todos terão a resposta.

Bem, como a senhora afirmou, nós temos 184 Municípios no Estado do Ceará e sete delegacias de polícia especializadas no trato da questão da violência doméstica. Temos a delegacia de polícia em Fortaleza, cuja titular é a Delegada Rena; Delegacia da Mulher de Caucaia; Delegacia da Mulher de Maracanaú; Delegacia da Mulher em Sobral, cuja titular se encontra conosco, a Drª Penélope; Delegacia da Mulher em Iguatu; Delegacia da Mulher em Crato e em Juazeiro do Norte.

Nós estamos com projetos bem avançados para inaugurarmos ainda no começo do ano – tenho certeza de que Deus vai nos favorecer isso – as delegacias especializadas em repressão à violência contra a mulher no Município de Pacatuba e no Município de Quixadá, onde estamos construindo prédios com conceitos para que todas as pessoas que necessitem da intervenção da Polícia Civil possam ser atendidas com toda dignidade.

Daí nós passaremos para 9 delegacias especializadas.

Se não me falha a memória, nós temos 23 Municípios no Estado do Ceará com mais de 60 mil habitantes. Camocim talvez seja o que tenha 60 mil e poucos habitantes. E temos metas para, no menor tempo possível, também instalarmos delegacias nesses Municípios.

Devo dizer, apesar de não ser especialista, que o Estado do Ceará ainda é um Estado muito pobre, mas nós temos nos esforçado e temos acompanhado o esforço da Secretaria de Segurança Pública no sentido de instalar todas as delegacias possíveis no menor tempo possível.

Enquanto isso, no que diz ao atendimento, nós sabemos que a Delegacia da Mulher de Fortaleza já é muito pequena para o atendimento da demanda. Ainda no ano passado nós tentamos instalar uma delegacia de polícia no Bairro Messejana, pois constatamos que é um local em que as ocorrências de violência doméstica acontecem num maior índice.

Temos demonstrado o nosso interesse e chegamos a participar de vários eventos naquela região, a exemplo do que aconteceu, semana passada, não só na semana passada, mas desde o dia 27 de novembro, quando Ministério Público, Tribunal de Justiça, Universidade Estadual do Ceará, Defensora Pública, Secretaria de Segurança Pública, Polícia Militar e Corpo de Bombeiros participaram de eventos objetivando sensibilizar cada vez mais pessoas para que todos em conjunto possam dar uma resposta a todas essas questões.

No que diz respeito às regiões, temos conversado habitualmente com todas as delegadas titulares de delegacias de mulheres em Sobral, Crato, Juazeiro. A Drª Penélope está aqui como testemunha. Além do trabalho efetivo de delegada de polícia, ela realiza ações preventivas, estudos, debates e seminários acerca da violência doméstica, não só em Sobral, mas em diversos Municípios em torno de Sobral, incursionando, inclusive, pela Serra da Ibiapaba. Isso também acontece nas demais regiões, onde estão instaladas delegacias especializadas no tratamento da violência doméstica.

Com relação aos homicídios, a senhora bem se referiu, há uma coordenadoria instalada pelo Secretário de Segurança Pública para estudo estatístico acerca dos índices de violência doméstica. A partir desses resultados, empreendemos atividades preventivas e repressivas, não só utilizando as Delegadas das delegacias especializadas, mas todos os delegados que atuam na capital e no interior do Estado.

No caso de Barbalha, temos também promovido debates, análises e reuniões com as delegadas de Juazeiro e de Barbalha, contando com a participação de inspetores de polícia, escrivães e delegados, para tratarmos com mais critério e com mais rigor todas as questões relacionadas à violência doméstica, especialmente no Município de Barbalha.

No que diz respeito à capacitação, inauguramos, no ano passado, no Ceará, uma academia única para formação de profissionais de segurança pública. Até a inauguração dessa delegacia, mantínhamos um estudo na nossa Academia da Polícia Civil do Estado do Ceará. A partir da criação da Academia Estadual de Segurança Pública, vários projetos foram colocados em prática e várias reuniões foram realizadas, até porque tínhamos à frente um profissional da área de educação muito preocupado com essa questão, o nosso ex-Diretor da Academia Estadual de Segurança Pública, Dr. César Barreira.

Além disso, devo dizer que, nos cursos de formação, tanto na esfera da Polícia Militar, do Corpo de Bombeiros, da Perícia Forense e da Polícia Civil, matérias relacionadas à violência doméstica são obrigatórias. Então, os alunos passam por estudos no primeiro momento de formação como em cursos de especialização. A Secretaria de Segurança Pública e a Polícia Civil não têm medido esforços para possibilitar que nossas delegadas participem dos mais diversos eventos, não só na capital, Fortaleza, como em outros Municípios e em alguns Estados brasileiros. Para isso, mandamos, este ano, todas as delegadas de delegacias de mulheres do Ceará para participarem de eventos inclusive em Brasília.

**A SRª GORETE PEREIRA** (PR – CE) – Quando foi a última capacitação?

**O SR. LUIZ CARLOS DE ARAÚJO DANTAS** – Em maio de 2012, tivemos uma capacitação para todos os já na Academia Estadual de Segurança Pública.

Em agosto deste ano, todas as delegadas já estiveram presentes no Encontro Nacional de Delegadas de Delegacias de Mulheres do Brasil. Falei, há pouco, que nós, com muito esforço, oportunizamos que todas participassem.

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Eu aproveitaria, Dr. Luiz Carlos, para pedir que o senhor pudesse nos enviar, por escrito, a informação solicitada pela Deputada Gorete: não “todos os policiais”, mas quantos foram os policiais, porque “todos os policiais” é impreciso. Quantos foram os policiais que participaram do treinamento em maio, de quais delegacias e de quais serviços? Provavelmente, não é possível a informação neste momento, mas ela é muito importante para termos a dimensão real de quais os policiais atingidos, por números, por setores, no treinamento de maio, em toda a estrutura da Secretaria de Segurança Pública. O senhor disporia de até 10 dias para responder a informação que a Deputada Gorete solicitou.

**O SR. LUIZ CARLOS DANTAS** – Como faremos com relação ao orçamento, antes do prazo limite, também encaminharemos a relação de todos os policiais civis e militares que tenham participado de eventos voltados para o ensino nessa área. Não tenha dúvidas quanto a isso.

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Basta o número.

**O SR. LUIZ CARLOS DE ARAÚJO DANTAS** – No que diz respeito à reestruturação da Delegacia da Mulher de Fortaleza, eu devo dizer que, a partir da reunião que tivemos com o Secretário de Segurança Pública no início de 2011, nós iniciamos um projeto para mudar o local de funcionamento da Delegacia da Mulher. Encontramos um prédio após uma discussão sobre o local, uma discussão realizada entre as Delegadas de Mulheres, juntamente com profissionais da Defensoria Pública, com outras mulheres vítimas e profissionais da Procuradoria de Justiça, que acharam conveniente, considerando a história e o ponto estratégico, que a Delegacia da Mulher funcionasse próximo ao local onde hoje funciona. A própria Drª Rena escolheu o prédio. Nós conversamos pessoalmente com um dos proprietários do prédio, resolvemos a questão do aluguel e fizemos o contrato; ele se comprometeu a fazer uma reforma e fez a reforma, sendo assistido pela Delegada Rena. Quando acreditávamos que íamos, finalmente, mudar para um local de bom acesso, para um local com uma estrutura que atendesse à demanda atual, nós fomos surpreendidos por um entrevero que houve no seio dos proprietários do imóvel, e, infelizmente, mesmo depois do contrato realizado, não foi possível mudarmos. Isso foi muito triste não só para nós, mas para todas as pessoas, todos os profissionais que esperavam efetivamente por um local mais digno. A partir daí, nós passamos, mais uma vez, a procurar outro prédio.

Com relação a esse prédio, nós faríamos o contrato com a promessa de compra e venda do imóvel, e esse entrevero impossibilitou a conclusão desse negócio; mas temos projeto para a construção de uma nova delegacia. Enquanto isso, a Drª Rena tem trabalhado no sentido de buscar uma edificação onde possamos, realmente, instalar a Delegacia da Mulher com as condições necessárias para atendimento da demanda. Todos os dias, tocamos nesse assunto e estamos procurando de forma incansável, e é possível que, nos próximos dias, tenhamos uma nova instalação.

**A SRª GORETE PEREIRA** (PR – CE) – É lamentável, Secretário, que, nesse período, nós estejamos ainda procurando um prédio e ainda para alugar, quando sabemos que, encontramos, no Estado do Ceará, local para fazer centro de convenções, para colocar aquário, para fazer todo esse tipo de coisa. (*Palmas.*) Nós estamos procurando um prédio para alugar! Tudo isso dificulta muito o trabalho da delegacia, porque, quando se aluga e quando se muda, até que as mulheres, coitadas, violentadas, encontrem o novo endereço e peguem a cultura de ir para outro lugar, já se tenha passado algum período. É lamentável que não seja construído. É a única coisa que eu recomendaria: que o próximo prédio seja realmente com um contrato de compra e venda, para que não se esteja mudando todo o tempo. E que sejam construídas mais delegacias.

**O SR. LUIZ CARLOS DE ARAÚJO DANTAS** – Ótimo. A senhora disse bem. Nós tentamos realmente manter o prédio num local estratégico, nas proximidades de onde funciona o prédio. Naturalmente, poderíamos construí-lo em outro local, mas, como eu disse antes, houve uma manifestação e uma decisão das profissionais da área no sentido de que a delegacia fosse instalada nas proximidades de onde funciona hoje.

Nós não chegamos a fornecer nenhum endereço para nenhuma mulher. Portanto, em nenhum momento, induzimos nenhuma a erro com relação ao local. A nossa intenção era, mesmo antes de inaugurar, divulgar o local, que, por sinal, é vizinho do prédio onde funciona a Delegacia da Mulher. Nesse período, não houve...

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Dr. Luiz Carlos.

**O SR. LUIZ CARLOS DE ARAÚJO DANTAS** – Deputada, desculpe-me.

E, nesse período, não houve nenhuma solução de continuidade nas atividades desenvolvidas.

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Não precisa todo o relato, porque há uma série de outros. Nós prorrogamos para o senhor por mais 10 minutos.

Eu queria ter uma informação do senhor. Nós temos enorme dificuldade de saber os números exatos das ocorrências de violência contra a mulher, porque nós temos a informação das que vão para a delegacia especializada, mas nós não temos a informação das que vão para as delegacias comuns. Há uma dificuldade, inclusive, de encaminhamento de medidas protetivas, quando os inquéritos e as solicitações vão das delegacias comuns para a vara especializada. Nós apresentamos essa demanda ao Governador, mas acredito que, compreendendo que era necessário consultar a estrutura de segurança pública, ele não nos sinalizou. Nós necessitamos de um órgão, no sistema de segurança pública, que centralize as informações todas das ocorrências de violência contra a mulher, da capital e do interior, mesmo daquelas cidades ou daquelas delegacias que não têm delegacia especializada. São várias as macrorregiões. A minha pergunta é: o senhor considera, como pessoa que domina a estrutura da Secretaria de Segurança Pública, que caberia a uma diretoria de acompanhamento das delegacias especializadas a política de violência doméstica, a uma superintendência ou a uma coordenação? O senhor, que é responsável por acompanhar o conjunto das delegacias especializadas, tem um acúmulo de informações. Onde caberia uma estrutura própria, dentro do sistema de segurança, que pudesse centralizar a condução, o treinamento, as informações e a política de implementação da Lei Maria da Penha?

**O SR. LUIZ CARLOS DE ARAÚJO DANTAS** – Eu concordo com a senhora. Sou a favor de, efetivamente, termos uma coordenadoria tratando

...termos uma coordenadoria tratando dessas questões.

No que diz respeito a esses números, nós já estamos trabalhando, inclusive na modernização da nossa central tecnológica, e criando campos para inserirmos todas as questões relacionadas à violência doméstica. Em breve, nós teremos à disposição todos esses números, a senhora não tenha nenhuma dúvida quanto a isso. Já estamos preparando, através da própria Coordenadoria de Tecnologia de Informação da Secretaria de Segurança Pública, com a Coordenadoria de Informações da Polícia Civil e a Coordenadoria de Estatística da Secretaria de Segurança Pública. Os três coordenadores estão trabalhando essa questão.

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Dr. Luís Carlos, eu deixaria recomendado para o senhor que pudesse ser enviada a resposta a algumas questões, para que, nos últimos 6 minutos que restam da ampliação do tempo, se o senhor considerar assim adequado, o senhor possa passar a palavra para a Drª Rena.

**O SR. LUIZ CARLOS DE ARAÚJO DANTAS** – Claro, claro.

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Mas eu queria deixar as recomendações.

Em primeiro lugar, as informações sobre o orçamento da Secretaria de Segurança Pública relativas aos programas da violência doméstica. Em segundo lugar, a proposta concreta.

Cabe a coordenação dessa política de enfrentamento à violência contra a mulher ao sistema de segurança, cabe a um órgão do sistema de segurança. Qual é a proposta que o senhor considera adequada, da Coordenadoria, e em quanto tempo, na discussão interna, o senhor poderia apresentar ao Governador para que essa coordenadoria estivesse preparada?

Em terceiro lugar, que o senhor nos enviasse datas, números e setores de pessoal que foram treinados especificamente para esse caso.

Aqui, não entram os custos mais gerais, onde são informados, na legislação sobra a Lei Maria da Penha, esses processos.

Eu quero lhe agradecer pela presença, por estar aqui presente, substituindo o Secretário de Segurança.

Se o senhor assim considerar, o senhor poderá passar esses últimos 5 minutos para alguma das suas assessoras aqui presentes.

**O SR. LUIZ CARLOS DE ARAÚJO DANTAS** – Claro, eu agradeço a oportunidade e passo a palavra, agora, à Drª Rena e às demais colegas que a acompanham.

Muito obrigado.

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – A Drª Rena, provavelmente, disporá de até 5 minutos, porque nós temos de passar para o próximo.

**A SRª RENA GOMES MOURA** – Bem, boa tarde a todos e a todas. É um prazer estar novamente aqui, com as Deputadas.

Para prestar algumas informações com relação a alguns questionamentos feitos pela Deputada, foi nomeada, pela Secretaria de Segurança Pública, uma comissão com todas as delegadas de mulheres do Estado, para, em conjunto com a Coordenadoria Estadual de Políticas para Mulheres, que é coordenada pela Drª Mônica Barroso, estudar diversas situações para amoldar fluxos de atendimento às mulheres, para amoldar atribuições das delegacias da mulher e, também, acertar essa questão do fluxo de informações, Deputada.

Inclusive, nós estamos trabalhando em conjunto com o diretor da Coordenadoria de Tecnologia da Secretaria de Segurança Pública, Dr. Raimundo, no sentido de discutir como nós poderíamos deixar que os dados que são colocados no sistema de informações policiais, que caracterizam a violência doméstica contra a mulher, fossem obrigatórios, para que a gente conseguisse, com essa captação dos dados, em qualquer delegacia do Estado, ter esse dado real centralizado na coordenadoria de inteligência, para que fizessem a depuração desses dados e esses dados, realmente, fossem unificados em todo o Estado.

Então, há um ano nós temos várias reuniões. Todas as delegadas estão vindo do interior do Estado, juntamente com a Drª Mônica, para amoldar esses procedimentos, no sentido de otimizar o atendimento às mulheres vítimas de violência.

Eu gostaria de passar um pouco para a minha colega, Drª Penélope, que representa as delegadas da mulher do interior do Estado, porque ela pode falar mais a respeito.

Muito obrigada.

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Com a palavra, a Drª Penélope.

**A SRª PENÉLOPE MALVEIRA GOÉS** – Boa tarde a todas.

O meu tempo é curto, mas eu queria agradecer a oportunidade e dizer que é uma luta nossa. Eu estou há 5 anos na DDM de Sobral. E Sobral, comparando população/procedimento, é 4 vezes mais violenta que Fortaleza, Deputado.

Quando as DDMs foram criadas, no interior, foi por conta da lei que as criou, porque a Constituição do Estado diz que um Município com mais de 60 mil habitantes deverá ter instalada uma DDM. Acontece que quando o decreto criou também as delegacias disse que aquela delegacia é só daquele Município. Então, logo que eu entrei, fiz uma solicitação ao então Secretário de Segurança para que a DDM de Sobral atendesse os outros 13 Municípios que fazem parte da regional.

Então, se pegarmos pelo censo de 2010, que é o que tenho, nós temos, no Estado do Ceará, 16 Municípios com mais de 60 mil habitantes. Nesses, Pacatuba e Quixadá estão inclusos. E nós temos, dentro desses Municípios, Deputada, as Delegacias Regionais. Então, nós temos estruturas dentro da Secretaria de Segurança que precisam ser bem distintas e bem claras: Polícia Militar, Polícia Civil, como é que se estruturam, como estão organizadas e como estão integradas. Então, dentro da Polícia Civil, nós temos as Delegacias Regionais. Por exemplo, Itapipoca tem, pelo censo de 2010, 114.693 habitantes; a Delegacia Regional de Itapipoca cobre 17 Municípios, e não há uma DDM nem em Itapipoca.

Então, veja bem, eu acho que, em médio e longo prazo, a minha visão é de que, dentro dessas delegacias regionais, houvesse cartórios onde pudéssemos ter não só mulher, mas uma delegacia de atendimento a vítimas vulneráveis, porque aí nós atenderíamos mulheres.

Hoje, na DDM de Sobral, eu atendo crianças e adolescentes vitimados e idosos vitimados em situação de violência doméstica. Já a DDM de Fortaleza não atende essa demanda de crianças e adolescentes vitimados, mesmo em situação de violência doméstica. Então, as senhoras têm de compreender que, na minha visão, as delegacias regionais poderiam ter cartórios com delegadas do expediente.

Hoje – não sei se o Dr. Dantas pode confirmar –, acho que 1/3 das delegadas aprovadas no Estado do Ceará, no último concurso, foram delegadas mulheres. Então nós temos esse número para que elas atendessem no expediente, durante a semana, num cartório específico. E aí, sim, nós poderíamos ter pelo menos direcionado um ponto para o fim estatístico. Nós devemos partir dessa estatística até para poder saber com quem a gente está lidando. Então, hoje, a gente só tem estatística de sete Municípios.

Esse grupo de trabalho (GT) da Coordenadoria Especial de Política para Mulheres já fez um relatório, depois de um ano de reuniões nossas, mensais, das demandas das delegadas, da nossa realidade e do que nós poderemos avançar. Inclusive essa fala está nesse relatório, que já foi apresentado ao Governador. Não é isso, Drª Mônica?

(*Intervenção fora do microfone.*)

**A SRª** PENÉLOPE **MALVEIRA GÓES** – Ao Secretário de Segurança Pública.

Então, o Secretário ficou de encaminhar esse relatório. E aí nós postulamos, inclusive, neste momento, que esse relatório pudesse ser...

**A SRª GORETE PEREIRA** (PR – CE) – Eu gostaria de solicitar esse relatório para a CPMI.

**A SRª** PENÉLOPE **MALVEIRA GÓES** – Pronto. Porque esse relatório foi fruto do trabalho de um ano. O Governador nomeou esse grupo de trabalho para exatamente trabalharmos sobre estatística. Nós concluímos esse trabalho, e a Dr. Mônica já o apresentou ao Secretário de Segurança. Então, é uma demanda da realidade das Delegadas de Polícia Civil do Ceará. Nós temos outro olhar sobre isso e sobre a importância, também, de estreitar essa visão, essa comunicação entre segurança e saúde.

Hoje, por exemplo, eu não sei se as mulheres que eu encaminho para o Creas estão sendo atendidas ou se as que estão atendidas nos Creas chegam à DDM. Então, nós não temos essa informação, porque, na verdade, fala-se muito em rede. Aqui no Ceará, a gente pensa em rede para dormir. Eu gosto mais da “teia”. Eu queria que onde essa mulher caísse na teia, ou levando um filho que está sob efeito de álcool ou droga, agredindo dentro de casa, ou num CAPSAD ou até num PSF que essa discussão sobre saúde e segurança tivesse um olhar mais estreitado. E nós não temos isso; temos essa demanda reprimida.

Então, sempre, nas oportunidades em que falo, inclusive junto à faculdade de Medicina, eu digo que a verba hoje da União para a saúde é enorme. Se você pegar o percentual dessa mulher... Essa mulher não é atendida só na delegacia. O filho é atendido no CAPS, a mãe é recebida no Creas, para atendimento psicológico; então nós perdemos essa mulher de vista. Seria interessante que tivéssemos esse mapeamento dessa mulher dentro do local onde ela reside, porque muitas vezes ela muda de lugar, mas a casa e a violência seguem com ela.

Muito grata.

(*Soa a campainha*.)

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Obrigada, Drª Penélope. É o registro automático do tempo.

Nós ampliamos por mais 3 minutos, para escutar a Drª Cezarina, para que possa completar a sua informação, já que ela vem de uma região tão desafiadora.

**A SRª CEZARINA DO VALE CAVALCANTE** – Boa tarde a todos. Eu saúdo a Mesa na pessoa da Deputada Fernanda, por ser de Maracanaú e sempre um apoio muito forte às minhas necessidades, às necessidades da Delegacia de Defesa da Mulher de Maracanaú.

Na realidade, o maior problema que hoje o Estado enfrenta é a falta de pessoal, investimento em concurso público para trazer pessoas e capacitá-las para exercerem as suas funções nas Delegacias Especializadas da Mulher e em outras delegacias também. Sabemos que existem os plantões de polícia, que atendem a violência doméstica naquele horário de 18 horas às 8 horas e esses procedimentos realizados no final de semana, que deveriam ser, na realidade, realizados na própria Delegacia da Mulher. Não existe essa condição por falta de pessoal. O maior problema, eu digo, é a falta de concurso público para pessoas ingressarem na instituição Polícia Civil. Enquanto não houver isso... A amiga Penélope estava sugerindo paliativos que não vão resolver o problema. Enquanto a gente tentar tapar buracos e não, efetivamente, resolver o problema, a gente não vai chegar a lugar nenhum e vai sobrecarregar ela mesma, com mais não sei quantos Municípios, além de Sobral, que já é um Município muito pesado. A minha colega trabalha demais, bem como a Rena. E a gente, em Maracanaú, sabe das dificuldades. E a maior dificuldade é isso.

Na Delegacia de Maracanaú tem um inspetor, tem um escrivão só, 170 procedimentos. Fica difícil, mas a gente faz, porque eu pego as policiais que são inspetoras e as transformo em escrivãs *ad hoc*. Quer dizer, é outro paliativo. Essas policiais deveriam estar na rua, fazendo diligência, porque a gente tem que estar cada qual dentro da sua função, mas a gente tira um funcionário. Tem também pessoas fazendo, estagiários... A Drª Fernanda também me ajudou demais com estagiários de Direito ajudando nos procedimentos. E a gente trabalha com muita dificuldade.

Antigamente, antes da mudança da lei, eu trabalhava em cima da vontade da mulher. Então, eu trabalhava em cima do que ela queria. Ela saía muito satisfeita da delegacia, porque ela ia ter a resposta à demanda dela: eu quero isso; eu não quero uma situação de processo, mas eu quero que ele seja orientado, que seja chamada atenção dele; eu quero isso. Então, era isso que ela queria, era isso que eu dava. Depois da mudança da legislação, estou trabalhando em cima da vontade da lei. E houve uma mudança radical no nosso trabalho.

(*Soa a campainha.*)

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – A senhora tem mais um minuto. Pode concluir em um minuto.

**A SRª CEZARINA DO VALE CAVALCANTE** – Então, a sugestão é que o Estado faça novos concursos. A Polícia Civil, que antigamente tinha 3 mil e tantos, hoje tem 1.700 e poucos policiais, e Fortaleza cresceu demais, o Estado do Ceará também, os Municípios desenvolveram-se demais. Então, é necessário que a Polícia Civil seja reforçada com mais contingente.

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Nós agradecemos ao Dr. Luiz Carlos Dantas, Superintendente da Polícia Civil, pela sua presença. Agradecemos a rica experiência e a disciplina da Drª Rena, Delegada de Fortaleza, da Drª Penélope, Delegada de Sobral, e da Drª Cezarina, Delegada de Maracanaú, pela suas contribuições e pelas suas propostas.

Nós vamos passar para o momento de escutar o Secretário de Saúde. A Deputada Gorete fará uma pequena consideração sobre as informações que ela teve hoje do Governador.

E, antes de chamar o Secretário de Saúde, nós queremos registrar e cumprimentar a presença do Senador Inácio. Ele vai fazer suas considerações acerca do tema depois.

A Deputada Gorete queria fazer algumas considerações ainda sobre o tema de segurança pública para que a gente possa passar para a saúde.

**A SRª GORETE PEREIRA** (PR – CE)– Nós ficamos muito satisfeitas porque o Governador disse que vai ser chamado hoje, e eu acho que a Drª Mônica Barroso e o Dr. Dantas sabem bem organizadamente os números, porque vai ser chamada uma quantidade x de escrivães, o efetivo... Realmente ele está muito atento para isso. E vai ser tudo aumentado. A gente precisaria saber o real e o certo do aumento do efetivo para que a gente possa também pensar nos cursos de capacitação para essas pessoas.

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Antes de passar para a nossa Relatora *ad hoc*, o Dr. Raimundo José Arruda Bastos já está de posse das perguntas?

Já está.

Eu queria cumprimentá-lo mais uma vez, Dr. Raimundo, porque o senhor, Secretário de Estado, compareceu à CPMI para contribuir na formulação. Isto é muito importante para nosso registro, inclusive, mesmo que traga com o senhor uma pessoa responsável pelo setor.

Nós passamos, neste momento, à nossa Relatora *ad hoc* para as suas perguntas. Em seguida, o Secretário de Saúde usará da tribuna para, em até vinte minutos, colocar suas informações.

**A SRª GORETE PEREIRA** (PR – CE) – Boa tarde, Dr. Arruda Bastos. Também quero agradecer pela presença.

A primeira pergunta seria quantos hospitais realizam o abortamento legal no Ceará.

Há algum planejamento para expansão do serviço para outras regiões do Estado?

As mulheres vítimas de crimes sexuais são encaminhadas com a urgência necessária para o tratamento contra doenças sexualmente transmissíveis?

É garantido, em todo o Estado, um *kit* para profilaxia e contracepção de emergência para as mulheres vítimas de crimes sexuais?

Como é feito o monitoramento dos níveis de estoque e a distribuição?

A notificação compulsória da violência contra a mulher é feita por todos os serviços de saúde no Estado. Quantos Municípios não fazem a notificação?

Eu gostaria de saber, também, Dr. Arruda Bastos, quantos centros de referência existem nos Estados? Eles cobrem todas as macrorregiões? E quais são os programas que são elaborados pela Secretaria de Saúde, se existe algum, conjuntamente com a Secretaria de Segurança Pública? Existe algum programa que seja feito juntamente com essas duas Secretarias para abordagem da violência, já que todas essas violências decorrem também de um problema de saúde, de um problema de uma lesão corpora? Existe algum programa conjunto da Secretaria da Saúde do Estado junto com a Secretaria de Segurança Pública para o enfrentamento dos problemas de violência doméstica?

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Com a palavra o Secretário de Saúde, Dr. Raimundo Arruda, que disporá de até 20 minutos, incluindo, se o senhor tiver, a contribuição de alguém mais, se assim o senhor considerar necessário.

**O SR. RAIMUNDO JOSÉ ARRUDA BASTOS** – Boa tarde a todos e a todas.

Quero dizer da satisfação de comparecer a esta audiência pública, saudar a Presidente da Comissão, a Deputada Jô Moraes, a Deputada Gorete Pereira, as Deputadas Estaduais Bethrose, Rachel Marques e Fernanda Pessoa, o Deputado Lula Morais e a Drª Maria da Penha.

Respondendo aos questionamentos.

Quantos hospitais realizam o abortamento legal no Ceará?

São 7 hospitais na capital e 24 hospitais no interior. Nós capacitamos todas as maternidades do Estado do Ceará. Então, são 7 hospitais na capital, 24 no interior, capacitamos todas as maternidades do Estado do Ceará, e existe, sim, no nosso planejamento, a ampliação para os hospitais regionais, para os hospitais que estamos inaugurando. Inclusive, agora, no dia 18 de janeiro, vamos inaugurar o maior hospital do interior do Ceará, que é o Hospital Regional Norte, na cidade de Sobral, que tem uma unidade só para atendimento da mulher, como também o hospital que estamos construindo na cidade de Quixeramobim, no sertão central, que vai ser inaugurado em setembro desse ano, também com uma unidade específica para a mulher.

Outro questionamento: se as mulheres vítimas de crime sexual são encaminhadas com a urgência necessária para tratamento. Respondo que sim, respondo que é garantido *kit* para profilaxia e contracepção de emergência para as mulheres vítimas de crimes sexuais no Estado do Ceará. Esse controle de estoque é feito através de mapas realizados mensalmente, com relação à contracepção, e, com relação ao tratamento das doenças sexualmente transmissíveis, incluindo Aids, hepatite e outras, através de um sistema informatizado, que disponibilizamos exatamente para isso.

Com relação a essa notificação compulsória da violência contra a mulher ser feita por todos os serviços de saúde, informo que capacitamos também todos os Municípios do Estado do Ceará. Temos um relatório que mostra os seguintes dados: são 184 Municípios capacitados, dos quais 177 Municípios, de 2007 até 2012, notificaram, realmente, casos de violência contra a mulher, e 7 municípios não notificaram. Estamos investigando para verificar se não notificaram porque não chegou às unidades de saúde nenhum caso suspeito ou confirmado. Eu sei que, dos Municípios, 177 notificaram.

Eu vou dar um dado: em 2007, 4 casos notificaram; em 2008, 94 casos; em 2009, 302 casos notificados; em 2010, 368 casos notificados; em 2011, 485 casos e, até esta semana, em 2012, foram 620 casos notificados em todo o Estado, o que dá um total, de 2007 para cá, de 1.873 casos de violência contra a mulher notificados.

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – O Senhor saberia dizer da caracterização? É mais lesão corporal grave? As notificações têm predominância de que natureza?

**O SR. RAIMUNDO JOSÉ ARRUDA BASTOS** – Mais lesão corporal.

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Inclui estupro?

**O SR. RAIMUNDO JOSÉ ARRUDA BASTOS** – Também, em menor quantidade, assim como outros tipos de lesão. Vou ver se tenho esse dado para fornecer à Senhora.

Com relação aos Municípios, como falei, 184 Municípios foram capacitados, 177 notificaram nesse período, sendo que somente 7 municípios não realizaram notificação.

Com relação às capacitações realizadas para isso, eu tenho a informar que realizamos capacitações para informação e sensibilização dos profissionais de saúde, para a implantação do serviço de notificação de violência. Em 2007, realizamos 8 capacitações para 387 participantes de 153 Municípios envolvidos. Pedimos, em 2009, mais 8 capacitações para 230 participantes, envolvendo 126 Municípios. Então, ao todo, realizamos capacitação nessa área para sensibilizar, para capacitar os profissionais. Foram 16 capacitações envolvendo 617 participantes.

Realizamos também eventos organizados pelas equipes das Secretarias de Saúde dos Municípios e da Secretaria de Estado da Educação e da Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social. Em 2009, realizamos uma capacitação envolvendo 9 Municípios. Em 2010, houve 2 capacitações envolvendo 20 Municípios; em 2011, mais 3 capacitações para mais 30 Municípios; e, em 2012, reforçamos com mais 2 capacitações para 20 Municípios. Ao todo, realizamos 8 capacitações para 79 Municípios.

Realizamos também seminários estaduais, com a participação, inclusive, de técnicos do Ministério da Saúde. Realizamos, em 2008, aqui em Fortaleza, para 80 participantes. Renovamos, em 2009, para mais 80 participantes, e, em 2010, levamos para o interior, realizamos na Zona Norte, em Sobral, para mais 80 participantes, num total de 3 seminários estaduais envolvendo 240 participantes.

Realizamos também capacitações para operacionalização do sistema de informação. Em 2010, duas capacitações; em 2011, duas capacitações, totalizando quatro capacitações nessa área de operacionalização do sistema de informação.

Com relação ao orçamento da Secretaria de Saúde nessa área específica, eu posso depois mandar mais detalhadamente, envolvendo capacitações, aquisição de medicamentos, *kits*, anticoncepcionais, mais investimentos feitos em nosso Centro Estadual de Referência da Saúde da Mulher, foi um recurso de R$1,88 milhão disponibilizado para essa ação específica. Eu posso encaminhar mais detalhadamente.

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Qual foi o total do orçamento da Secretaria?

**O SR. ARRUDA BASTOS** – Dois milhões.

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Dois milhões.

**A SRª GORETE PEREIRA** (PR – CE) – E o programa de ação conjunta entre a Secretaria de Saúde e a Secretaria de Segurança Pública? Existem algumas coisas que são feitas conjuntamente?

**O SR. ARRUDA BASTOS** – Nós temos realizado diversas parcerias com as diversas outras Secretarias, principalmente com a Coordenadoria Especial de Políticas Públicas para as Mulheres, coordenada pela Drª Mônica Barroso, na área dos presídios, na área de diversas ações para a saúde da mulher de forma geral, com relação ao câncer de mama, ao câncer de colo uterino. Temos parceria com a Secretaria de Ação Social, e temos nos articulado muito com a Secretaria de Justiça e com a Secretaria de Segurança Pública, mas, especificamente com a Secretaria de Segurança, eu não tenho a informar nenhum tipo de convênio ou uma parceria mais concreta.

Quanto aos Centros de Referência, que a senhora me perguntou também, são 17 Centros de Referência de Saúde da Mulher em todo o Estado do Ceará.

Não sei se respondi, sou muito objetivo...

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Quanto ao serviço de abortamento legal, algum hospital é responsabilizado?

**O SR. ARRUDA BASTOS** – Eu disse o seguinte: nós temos 7 hospitais aqui na capital; 36 foram capacitados; há agora o Hospital da Mulher, recentemente inaugurado aqui em Fortaleza; o Hospital N. Srª da Conceição; o Hospital Gonzaguinha do conjunto José Walter; o Hospital Gonzaguinha de Messejana; a Maternidade-Escola Assis Chateaubriand; o Hospital César Cals, que é um hospital de saúde do Estado do Ceará.

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Todos atendem os casos que a Justiça encaminha de abortamento legal?

**O SR. ARRUDA BASTOS** – Todos foram capacitados e estão exatamente preparados para isso. Já tivemos casos realizados também no interior, abortamento dessa forma feito no Hospital São Lucas, na cidade de Juazeiro do Norte, no Cariri, como também aqui em Fortaleza, realizado na maternidade do Hospital Gonzaguinha de Messejana.

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Nós queremos perguntar ao Senador Inácio e à Deputada Gorete se têm algum questionamento a ser feito ao Secretário de Saúde.

**A SRª GORETE PEREIRA** (PR – CE) – Gostei, Dr. Arruda. Acho que o senhor já estava sabendo das perguntas anteriormente, porque o senhor trouxe bem objetivamente todo o trabalho. Foi muito bom. Seu dever de casa está corretíssimo.

Só gostaria de sugerir ao senhor que tivesse uma parceria maior com a Secretaria de Segurança Pública, para que tivessem programas em que pudessem agir conjuntamente a Secretaria de Saúde e a Secretaria de Segurança Pública.

Com certeza, depois a Presidente vai passar aqui para a Mônica Barroso, e eu vou ter algumas perguntas para a Mônica também, complementando essa parte da saúde do Estado.

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Senador Inácio Arruda.

**O SR. INÁCIO ARRUDA** (PCdoB – CE) – Quero cumprimentar, Arruda, as ações da Secretaria.

A minha opinião é de que devemos trabalhar numa articulação muito forte com a Secretaria de Segurança do Estado do Ceará. Ali está o Instituto Médico Legal.

Acho que é uma ação que tem que ser muito bem articulada e quero assim, Jô Moraes, também me colocar à disposição, no âmbito do Senado, para que possamos atender a algumas iniciativas que têm surgido no debate da Comissão Parlamentar de Inquérito aqui no Ceará.

Nós já tínhamos visto, Arruda, com o Governador a possibilidade de ser atendida uma reivindicação daqui do Ceará que talvez no futuro possa se expandir para outros Estados, que seria um centro integrado de referência à luta das mulheres no Estado do Ceará. Isso é uma coisa muito positiva que vai incluir a saúde, inclui a questão da segurança e inclui o Judiciário.

É muito importante a participação da Secretaria da Saúde na relação com o setor de segurança pública do nosso Estado. Já há uma atitude, porque o IML trabalha nessa ligação de qualquer maneira, mas o nosso principal trabalho – e talvez a preocupação maior da CPI – é a questão preventiva, não chegarmos a uma situação de violência a que já assistimos hoje, dramática no nosso Estado. Talvez algumas guerras que estão sendo patrocinadas mundo afora matem menos do que o que se mata de mulheres no Brasil. É uma coisa lastimável. Nisso entra a questão punitiva, mas também a área da saúde, aquela atenção que se deve ter na estrutura da saúde pública para proteger as mulheres que são vítimas de violência. Nós temos que fazer esse reforço.

Esse centro de referência que as mulheres estão reivindicando aqui no Ceará poderia se espalhar pelo Brasil. A Secretaria de Saúde tem um grande papel a cumprir também nessa área de prevenção para atendimento às mulheres, tanto na área de proteção quanto na atenção quando elas são submetidas a violências vis a que temos assistido no nosso Estado e no Brasil.

**O SR. ARRUDA BASTOS –** Eu queria só, Deputada, se a senhora permitisse, para complementar...

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Secretário de Saúde, para as notas taquigráficas.

Com a palavra o Secretário de Saúde, Arruda Bastos.

**O SR. ARRUDA BASTOS** –Quero dizer que nós temos realmente diversas parcerias – pode ser que eu não tenha entendido a pergunta – com o IML, com o nosso serviço de verificação de óbito. O Estado do Ceará é um dos poucos que mantêm – a Secretaria de Saúde mantém – um serviço de verificação de óbitos. Temos estreita relação também com o Instituto Médico Legal, perícia forense, etc. Temos ampliado inclusive essa parceria. E, na área de novos serviços de atenção à mulher, aí vão as parcerias – o Estado do Ceará, em 2008, de forma quase inédita no Brasil, adquiriu um equipamento para os exames de DNA, comprovação de paternidade. Naquela época, eu lembro que havia mais de 5.000 famílias aguardando para realizar um exame desses de paternidade. E hoje nós não temos mais fila. Em 2009 realizamos 2.300 exames; em 2010, 2.827; em 2011, 3.660. E, até agora, no mês de novembro, já realizamos 3.040 exames, no total de 11.729 exames no Laboratório Central de Saúde Pública, que é o nosso Lacen, que realiza...

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Exames de DNA? Três mil e...

**O SR. ARRUDA BASTOS** –Nesse período de 2009, janeiro de 2009, a 30 de novembro de 2012, realizamos já 11.729 exames aqui no Estado do Ceará.

Nessa área da rede de assistência à mulher, a rede de policlínicas que o Governo Cid está construindo em todo o Estado, são 22 policlínicas regionais, todas com mamógrafo, todas com mastologia, todas com ginecologia e obstetrícia, exatamente para prestar uma atenção maior à saúde da mulher.

Dois hospitais regionais têm áreas específicas para assistência à mulher: o Hospital Regional Norte, que, como eu falei, vai ser inaugurado agora em janeiro, e o Hospital Regional do Sertão Central, em Quixeramobim, com urgência e emergência para o atendimento à mulher, com enfermaria de mãe-canguru, UTI neonatal e UTI adulto. Isso tanto no Hospital Norte como no Hospital do Sertão Central.

Na atenção básica, que eu não citei... Esses kits também estão na atenção básica, nos Municípios, nos 184 Municípios. E o Governo do Ceará construiu 150 Unidades Básicas de Saúde novas, no padrão do Ministério da Saúde, com selo e certificado da Anvisa de que, nessas unidades, nós capacitamos o pessoal e temos consultórios para saúde da mulher e para desenvolver todo esse trabalho, tanto na área de promoção à saúde como na área de prevenção.

Nessas unidades, nós temos um pequeno auditório em que toda essa parte, tanto da prevenção quanto da promoção e da política, é repassada à comunidade. E distribuímos, em todas as unidades de saúde, tanto na capital como no interior, esse documento aqui que mostra as alterações comportamentais e os sinais de situação de risco, falando da notificação e da tipologia da violência, explicando bem o que é violência física, violência psicológica, tortura, violência sexual, violência financeira e econômica, bem como negligência e abandono.

Então, todo *bureau*, toda Unidade Básica de Saúde, todo hospital, toda recepção dispõem dessa documentação e de inúmeras cartilhas que nós produzimos e que foram distribuídas em todo o interior do Estado.

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Nós só queríamos que todas essas informações, se já não foram enviadas por escrito à CPMI, que o senhor pudesse entregá-las agora.

Com a palavra a Deputada Gorete.

**A SRª GORETE PEREIRA** (PR – CE) – Eu fiquei muito satisfeita aqui, Dr. Arruda Bastos, porque essa lei do DNA é ainda do tempo em que eu era Deputada Estadual.

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Nós agradecemos, Dr. Arruda Bastos, mais uma vez, pela sua objetividade, tendo cumprido rigorosamente o tempo, e solicitamos que todos os documentos apresentados e informações sejam encaminhados por escrito.

Queria dizer, Senador Inácio Arruda, que a sua observação é fundamental. A rede de saúde, a Secretaria de Saúde tem tamanha capilaridade que ela joga um papel fundamental no enfrentamento à violência. Por isso, exatamente, que nós ouvimos, em primeiro lugar, a Secretaria de Segurança e, em segundo lugar, a Secretaria de Saúde.

Muito obrigada, mais uma vez, registrando nosso agradecimento pela sua presença direta.

Queria dizer aos demais convidados que nós temos uma dinâmica: escutamos o Poder Executivo e, em seguida, os demais poderes, exatamente para que possam fazer uma observação também acerca da ação do Poder Executivo – o Poder Judiciário, o Ministério Público, a Defensoria.

Acredito que a Coordenadora, da Coordenadoria de Estado da Mulher, Drª Mônica Barroso, já está de posse das perguntas. Assim, se quiser se dirigir à tribuna neste momento...

Antes de passar a palavra à nossa Relatora *ad hoc*, eu queria registrar e agradecer a presença da Srª Maria Helena de Paula Frota, do Observatório da Violência contra a Mulher, da Universidade do Estado do Ceará, que dá uma contribuição muito importante aos estudos e aos levantamentos que são feitos em relação à violência de gênero.

Desejo ainda agradecer a presença da Srª Francileuda Soares, Coordenadora da União Brasileira de Mulheres; bem como agradecer a presença, mais uma vez, da Delegada Penélope Malveira Góes, da Delegacia de Sobral; da Srª Enedina Félix, socióloga, cuja presença nos ajudará; da Srª Lúcia Maria da Costa, do Ceram; da Srª Maria Licarião Barreto Venâncio, acolhedora do Ceram; da Srª Maria do Carmo de Souza, também do Ceram; da Srª Eva Maria Bizerril, também do Ceram; da nossa Delegada Titular da Delegacia da Mulher, Drª Rena Gomes; da nossa Delegada da Mulher de Maracanaú, Drª Cezarina do Vale Cavalcante; da representante do Cerest, Srª Maria Auxiliadora Alencar da Silva; também do Cerest, a Srª Nívea Maria Benevides Falcão Melo; da Drª Rosa Mendonça, do Tribunal de Justiça, que fará a sua exposição; e da assessora do Juizado, Raieliza Camelo Maia Lôbo.

Agradecendo a presença de todos, passo a palavra a nossa Relatora *ad hoc*, Deputada Gorete Pereira.

**A SRª GORETE PEREIRA** (PR – CE) – Muito prazer.

Aqui nós perguntamos a nossa Coordenadora Estadual de Políticas para as Mulheres, Drª Mônica Barroso, nossa Defensora Pública e uma pessoa que incansavelmente trabalha em prol das causas das mulheres no Estado do Ceará: que ações, Drª Mônica, a Coordenadoria tem tomado para implementação das políticas de enfrentamento da violência contra a mulher e para melhorar o funcionamento da rede de atendimento no Estado? Que novidades traz o Programa Pró-Equidade de Gêneros, recentemente instituído pelo Governador do Estado? Com que frequência se reúne a Câmara Técnica Estadual de Gestão e Monitoramento do Pacto Nacional de Enfrentamento da Violência contra a Mulher? O plano básico de ação do pacto já foi elaborado? A partir de quando ele será implementado e quais são as metas para 2013?

Existem apenas sete órgãos de políticas para as mulheres no Ceará, dois deles em Fortaleza, um municipal e outro estadual. A maioria desses órgãos tem nível de Coordenadoria, o que traz sérias limitações para o desenvolvimento de políticas, do ponto de vista funcional. Na verdade, há somente uma secretaria de mulheres, que nem mesmo é exclusiva, pois também trabalha com a questão da cidadania.

Pergunto, então, à senhora: como a Coordenaria tem atuado para aumentar o grau de institucionalização das políticas para as mulheres nos diversos Municípios do Estado? Quantas casas de abrigo existem no Estado e qual o raio de abrangência delas? Como funciona a política de abrigamento de mulheres em situação de violência em Município onde não existe Casa Abrigo?

As informações da Secretaria encaminhadas à CPMI estão incompletas, pois só se referem ao atendimento prestado para um dos abrigos, a Casa do Caminho. De acordo com elas, o número de mulheres atendidas tem decrescido ano a ano. Foram 54, em 2007; 38, em 2008; 29, em 2009; 16, em 2010; e apenas 13, em 2011. O que explica isso?

As pessoas que atuam nos abrigos recebem capacitação necessária para lidar com as mulheres em situação de violência? Existe alguma política voltada à promoção de autonomia financeira das mulheres abrigadas? Que atividades são desenvolvidas nos abrigos? Como é o efeito e o atendimento às mulheres viciadas em drogas?

A pergunta que gostaria muito de fazer à Drª Mônica é que todos nós sabemos e que todo mundo relata em todos os cantos deste País que, depois da Lei Maria da Penha, aumentou em 45% o número de violência contra a mulher. Como é que a senhora explica esse aumento da violência contra a mulher depois da Lei Maria da Penha, que é o que dizem, e esses dados decrescentes da Casa Abrigo?

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG)– Antes de a Coordenadora Drª Mônica Barroso falar, quero registrar que está aqui a advogada Cláudia Santos, representando o Gabinete do Deputado Federal Chico Lopes, que estava previsto para estar presente, mas circunstâncias com mandato o levaram para outra situação.

Com a palavra a Coordenadora, Drª Mônica Barroso.

**A SRª MÔNICA BARROSO** – Muito obrigada, Deputada.

Antes de mais nada, gostaria de saudar a Mesa e o faço na figura da Presidente desta CPMI, Deputada Jô Moraes, com quem a gente já tem desde, o início desta CPMI, mantido contatos constantes, através do órgão nacional, que é a nossa Secretaria de Políticas Especiais da Presidência da República; saudar a sociedade civil; no nome da Deputada, saúdo todos os Parlamentares aqui presentes e, no nome da sociedade civil, gostaria de saudar, então, nossa querida parceira Maria da Penha, de quem não tem mais graça falar, porque hoje já adquiriu foros de internacionalidade, o que, para nós, é motivo de tristeza pelo fato de ser o Ceará o Estado que causou o problema e de alegria por ter sido o Ceará também quem terminou levando esse caso para a OEA – e foi o primeiro caso que a OEA analisou sob a égide da Convenção Interamericana das mulheres.

As perguntas aqui foram feitas em duas horas e meia, a gente ainda está no começo, mas vai tentar responder. São perguntas demais para muito pouco tempo. Exigem de mim o que eu não consigo, que é fazer uma apertada síntese de ações de 2 anos. Mas eu tentarei. Por favor, me avisem do tempo.

Vamos lá. Que ações a Coordenadoria tem tomado para implementação das políticas de enfrentamento à violência contra a mulher e para melhorar o funcionamento da rede de atendimento?

Antes de mais nada, eu queria lembrar que o Conselho Cearense dos Direitos das Mulheres, aqui criado em 1986, do qual eu participava na sua criação, foi o órgão que começou, no Ceará, toda essa luta das mulheres. De forma que, quando foi criada a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, foram feitas no Brasil três conferências. Dessas conferências, nós constatamos que a maior demanda das mulheres no Brasil ainda é por políticas que façam o enfrentamento à violência contra a mulher.

Nesse sentido, louve-se a Ministra Nilcéia Freire, que, além de fazer o plano de Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher, fez um pacto e saiu por todos os Estados da Federação, fazendo com que os governadores aderissem a ele. Foi assim que o Estado do Ceará aderiu ao pacto. O Governador Cid Gomes, em dezembro de 2008, fez a adesão do Estado do Ceará, com alguns Municípios. O então Conselho que, na época, era vinculado à Secretaria de Justiça, fez o Plano Integral Básico, habilitando o Estado do Ceará nos possíveis projetos, porque dinheiro foi disponibilizado pelo Governo Federal para o enfrentamento à violência contra a mulher.

O Governador cria, faz o convite a esta Defensora para que assuma a titularidade – para minha honra e gáudio, a primeira coordenadora estadual –, mas eu sou Defensora Pública e havia um impedimento legal. Tivemos, então, que ultrapassar esse obstáculo para que, em 2010, eu assumisse a Coordenadoria de Políticas para as Mulheres no final do ano de 2010. O Governo aderiu ao pacto. Eu assumo em 2010, e 2011 é ano de conferência. Então, passamos o ano inteiro às voltas com conferências. Na segunda conferência, conseguimos que aproximadamente 20 Municípios fizessem conferências municipais. E, na terceira conferência, agora, já conseguimos 62 Municípios, o que foi um avanço razoável.

Ao assumir a Coordenadoria, eu assumi o pacto – a Coordenadoria ficou esse tempo inteiro, praticamente de 2010 até 2012, cuidando desse pacto –, além de ser representante, gestora estadual do pacto. E aí, nesse sentido, eu não posso pedir que seja registrada a minha estranheza, na medida em que houve uma reunião entre as gestoras estaduais e a CPMI, para que essas reuniões nos Estados fossem articuladas com suas respectivas Coordenadorias. Eu só tomei conhecimento da mesma nestes últimos dias, aliás, na audiência pública, hoje. E daí o estranhamento de alguns secretários, que ficaram sem entender por que a gente estava fazendo essa articulação.

Mas eu queria registrar a minha estranheza e dizer que nós estamos prontos e que, com certeza, não precisamos arrumar a casa para mostrar o que é que a gente está fazendo no Estado do Ceará em 2 anos. Não que o Conselho não tenha feito muita coisa. Essa justiça tem que ser feita. Os movimentos de mulheres é que têm pressionado para que isso, efetivamente, aconteça. Mas a Coordenadoria, então, assumindo, tratou de fazer o diagnóstico da rede estadual.

A nossa pergunta é: o que é que nós temos em Fortaleza? O que é que nós temos nos 184 Municípios?

Foi uma pesquisa longa, árdua e dolorosa, porque são 184 Municípios com Conselhos. Na época, em dezembro de 2010, nós começamos pelos Conselhos municipais. Seguindo o exemplo nacional de começar com Conselhos, nós começamos com os Conselhos municipais. Nós encontramos 32 Conselhos, 18 desativados. E estamos hoje, em 1 ano e meio, com 72 Conselhos em atividade.

Lançamos, então, junto com a sociedade civil, uma campanha de ampliação dos Conselhos municipais. Na época, nós criamos, então, uma coleção chamada Coleção Cordel de Bolsa. A Coordenadoria se apropriou da forma de cordel, porque é uma forma fácil de as mulheres manipularem, mexerem, manejarem, porque o cordel não é coisa distante delas. Nessa coleção de cordel que foi distribuída na campanha, em cada Município onde não havia Conselho e naqueles onde havia, para o fortalecimento, nós fizemos um livrinho com a cronologia dos direitos das mulheres desde o século XVIII. Nós pegamos leis federais, estaduais e municipais de mulheres, para dar exemplo aos Municípios. Nós publicizamos a Lei Maria da Penha, fizemos um resumo do que era o Pacto Nacional, o que isso significa e o que cada Município faria. Foi criado aqui, no Ceará, pela Coordenadoria, um manual passo a passo de como criar Conselhos municipais, o que é um Conselho, como ele surge, para que ele surge, como é um projeto de lei, qual é o trabalho da Câmara Municipal, e como pode ser criado esse Conselho, na medida em que a Coordenadoria não pode criar Conselhos. Quando muito, ela pode animar a sociedade local para que isso seja feito.

Essa coleção foi espalhada, está sendo espalhada, na medida em que vamos aos Municípios fazer rodas de conversa. Nós temos um *follow-up* da Coordenadoria: vamos aos Municípios, conversamos com os prefeitos, fazemos audiência pública na Câmara de Vereadores com as mulheres, tentando sensibilizá-los. Para essa coleção Cordel de Bolsa foi criado um *blog*, e é esse *blog* que está fazendo, mensalmente, a atualização. Fazemos a atualização do seu conteúdo. Foi distribuído. Vou deixar um para a CPMI.

Em seguida, conseguimos, depois de 1 ano e meio de árduos trabalhos, formatar, fazer a primeira coleta da Rede Estadual de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência, e nós publicamos, então, a Rede de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência do Estado do Ceará. Ela está publicada. Aqui há o nome, o endereço, o nome das titulares, os telefones, os *e-mails* de todos do Estado do Ceará que fazem o atendimento na primeira coleta.

Depois disso aqui distribuído, começamos a fazer, então, os ajustes em alguns Municípios, porque nós enfrentamos alguns problemas com os Municípios. É um prefeito que chega, muda todo o corpo, não nos avisa, às vezes fecha o serviço, abre, e temos que estar atentos a 184 Municípios, cada qual com seus equipamentos.

Devemos ter o mínimo em cada Município, que é o Conselho Municipal. Por que é importante que esse Conselho Municipal exista? Porque ali há representantes das prefeituras e da sociedade civil, e, a nosso juízo, essas deliberações só serão efetivamente legítimas se saírem desse órgão. Daí a nossa preocupação em multiplicar os Conselhos. E temos o grato prazer de dizer que, em 1 ano e meio de serviço, de 30 Conselhos, com 18 ativos, passamos para 72 Conselhos; e pretendemos, se tempo tivermos, criar os 184 Conselhos Municipais.

Temos feito muita coisa em relação à violência, porque a Coordenadoria, até há muito pouco tempo, ficou a cuidar praticamente do Pacto Nacional. Temos reuniões bimestrais em Brasília, temos seguido a orientação e intervindo, inclusive, porque, na elaboração dessas políticas públicas de enfrentamento à violência, os números são alarmantes, os números são estarrecedores em todo o Brasil e nos países por aí afora.

Estivemos recentemente no Estado vizinho, o Estado de Pernambuco, no seminário internacional “Repúblicas e Violência: um Olhar das Mulheres.” Reunimos 23 países da América Latina, da Europa e da África, e os números da violência contra as mulheres são estarrecedores. São números de guerra, e estamos tentando ver o que se pode fazer no Brasil.

Programa de equidade de gênero.

No organograma do Estado não existia, em nível de planejamento e em nível de política pública, um programa que fosse ligado a esse. Apesar das ações do Conselho, nós não estávamos efetivamente na marca do Estado, porque não havia, dentro do Governo Estadual, um programa que falasse das mulheres. Então, dentro da Secretaria de Planejamento, assim que nós chegamos à Coordenadoria, nós fizemos várias reuniões e conseguimos criar, junto à Secretaria de Planejamento, no gabinete do Governador, um programa específico com orçamento próprio, que ainda é pouco, sabemos: é de R$350 mil o orçamento da Coordenadoria – mas é uma Coordenadoria; não é uma secretaria. Nós criamos o programa de equidade de gênero, e tentamos fazer com que todas as setoriais do governo – fizemos planejamento com Secretaria de Educação, com Secretaria de Saúde – que aqui vierem digam que está havendo alguma vinculação com a Coordenadoria, porque nós estamos vendo, em cada setorial... Começa na Secretaria de Justiça, vai para a Secretaria de Segurança Pública, vai para a Defensoria, vai para o Ministério Público, para conversar, fazer parcerias, e isso está sendo feito em todas as setoriais.

E também nós criamos a Câmara Técnica Estadual de Gestão do Pacto, por decreto governamental. Foi criada essa Câmara e, em seguida, nomeados os seus membros. Essa Câmara se reúne uma vez por mês, e ela recebeu uma consultoria da SPM para fazer o plano integral básico. Esse plano está sendo elaborado junto com a SPM, porque fizemos um projeto para conseguir que consultoras da SPM viessem, as setoriais e as representantes dos municípios-polos, na medida em que o Estado do Ceará, para efeito do Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres foi dividido em oito municípios-polos, em oito regiões polos, cada uma tendo um Município.

Com esses municípios-polos, fizemos reuniões itinerantes mensais durante 2000 e início de 2012, até a criação da câmara, quando todos esses Municípios têm representantes. Cessamos a reunião dos colegiados dos municípios-polos e passamos então a compor a Câmara Técnica Estadual de Gestão e Monitoramento do Pacto e com ela começamos o programa integral básico do planejamento, que está sendo feito neste exato momento. Já tivemos três seminários nesse sentido e, nesse caminhar, fomos criando grupos de trabalho específicos, tangenciando diferentes secretarias, para que chegássemos ao nosso itinerário.

Como disse a Delegada Rena, nós criamos, há um ano, por exemplo, um grupo de trabalho onde têm assento todas as delegadas de mulheres que não tinham o hábito de conversar entre si anteriormente, com a Perícia Forense tendo assento, com o serviço de estatística da Secretaria de Segurança Pública tendo assento, com a Pefoce – Perícia Forense do Estado do Ceará e com o Observatório da Violência contra a Mulher, da professora Helena Frota, tendo assento, que são os órgãos do Estado que lidam com números, porque nós sentimos muita dificuldade na leitura desses números.

Temos que seduzir a Secretaria de Segurança Pública, e isso está nesse trabalho conjunto, para que, por exemplo, sejam – digamos assim – padronizados os relatórios das delegacias para que façam o recorte de gênero. Essa é uma luta de todas as delegadas. Como eu não entendo muito de inquérito policial, porque essa não é minha área – tive aulas durante um ano com as sete delegadas do Ceará, às quais rendo homenagens sempre que posso, pelo trabalho enorme que elas fazem; basta mostrar os números que elas cuidam e os números das demais delegacias para ver que aí só mesmo paixão e amor justificam o trabalho de cada uma delas –, fizemos, então, um ano de serviço, de trabalho. Já fui recebida pelo Secretário de Segurança Pública e estamos nas tratativas para concretizarmos esse relatório para tentar mudar, digamos, os relatórios e termos uma visão mais aproximada da violência contra a mulher no Estado do Ceará.

O Plano Básico é a terceira pergunta – já respondi.

Existem sete órgãos de política para as mulheres no Ceará, dois deles em Fortaleza; sete órgãos de política, sete órgãos de gestões. Tenho o prazer de dizer que, esta semana, criamos mais dois. Recebemos a notícia, pelo contato que já estamos tendo com os novos prefeitos, do Prefeito Átila Câmara, de Maranguape, que foi à reunião, na nossa roda de conversa com as conselheiras na semana passada – ele nos notificou, nos informou –, que estará criando, com certeza, a Coordenadoria de Mulheres de Maranguape. E o Prefeito Raimundo Macedo, de Juazeiro, recém-eleito, também nos procurou ontem à noite.

Estamos nos 16 dias de ativismo, e eu estou no interior do Estado com o Projeto Mulher de Lei, em parceria com o Instituto Maria da Penha. Estamos percorrendo os Municípios do interior do Estado, falando, Deputada, da Lei Maria da Penha. Mas fazemos esse Projeto Mulher de Lei em parceria com a Secretaria de Cultura. É feita uma palestra, por esta Coordenadora, sobre o conteúdo da Lei Maria da Penha, temos um poeta popular muito talentoso, chamado Tião Simpatia, que fez a lei em cordel e intercalamos a minha fala com a fala do Tião e, assim, de uma maneira mais lúdica, estamos chegando perto das mulheres do interior, fazendo o Projeto Mulher de Lei, tentando sensibilizar, conversar com as mulheres. Temos uma conversa política com os vereadores, com os prefeitos, mas temos que ter uma conversa de parceria, de olho no olho com as mulheres, para tentar sensibilizá-las e mostrar para elas que a violência não é um meio de vida, que a violência é uma coisa diferente que aprendemos com o dia a dia, que a violência contra a mulher faz parte do nosso cotidiano e que tentamos desconstruir essa cultura.

Quanto às Casas Abrigo – pergunta da Deputada Gorete –, por que estão diminuindo? Nós não sabemos, Deputada. O que nós sabemos é que, nos dois primeiros anos da Lei Maria da Penha, depois que ela passou a vigorar, nós tivemos um aumento enorme da violência. E depois houve, no terceiro ano em diante, um decréscimo, e agora a violência parece recrudescer. Eu, pessoalmente, otimista que sou, não acredito no recrudescimento da violência. O que eu acredito é em uma coisa de que nós desconfiávamos – quem trabalha com violência há muitos anos –: sempre soubemos que sempre houve uma subnotificação em relação à violência no Brasil inteiro. As mulheres tinham medo de fazer BO, não existiam juizados, não existia defensoria pública – digamos – especializada, não existia um ministério público especializado e as mulheres, então, não tinham como fazer as suas reclamações. O que nós intuímos – hoje nós não temos pesquisa em nenhum lugar deste País, ainda, neste sentido –, o que nós intuímos não é que a violência esteja aumentando, mas que as mulheres estão começando a acreditar, as mulheres estão se empoderando, pela simples existência da Lei Maria da Penha, as mulheres estão ameaçando no cotidiano, mesmo em tom de brincadeira: “Se mexer comigo eu faço valer a Lei Maria da Penha.” E eu acho que, nesse sentido, a violência não está aumentando, ela está sendo mais notificada. Mas eu posso estar enganada. Nós não sabemos, ninguém no Brasil ainda sabe responder a essa pergunta. Nós somos 27 gestoras neste País, e nos reunimos a cada 3 meses em Brasília para discutir o Pacto Nacional de Enfrentamento da Violência Contra a Mulher, e todas nós nos fazemos essa pergunta.

Bom, em relação ao abrigo, os números estão decrescendo em todos os lugares. Também estamos intuindo que, com a efetividade da rede de atendimento, menos mulheres estão sendo abrigadas. É pena que a nossa querida Drª Jaqueline Pinheiro, Coordenadora da Casa do Caminho, não tenha sido chamada para conversar, porque ela, sim, poderia dar uma grande explicação a respeito do que é uma casa abrigo e de por que essas coisas estão acontecendo. Mas vocês também sabem, tanto quanto eu, quanto nós todas aqui, que muito poucas coisas das políticas das mulheres estão tendo resposta, porque nós estamos há muito pouco tempo tentando implantar isso daí. E por mais que o governador tenha sensibilidade para a questão, por mais que a Coordenaria trabalhe, precisamos ganhar o coração e a mente de todos os servidores, o que é um processo muito difícil, porque depende da desconstrução dessa cultura patriarcal e violenta que nós temos no Estado do Ceará, no Brasil e no mundo inteiro hoje.

Também em relação ao Pacto, nós assumimos o quarto eixo do Pacto, a promoção dos direitos humanos das mulheres em situação de prisão. Nós estamos, há quase 2 anos, com uma parceria com a Secretaria de Justiça – e aí eu já respondo a algumas perguntas que foram endereçadas à Secretaria, porque nós temos, hoje, um acordo de cooperação técnica.

Nós temos um único presídio no Ceará, uma única penitenciária de mulheres, a penitenciária Auri Moura Costa. Nós estamos, há 1 ano e oito meses, dentro do presídio. Quando nós procuramos, nos sistemas de Informação do sistema penitenciário, Deputada, as informações que existem, Deputada Jô, do InfoPen, não encontramos o que nos diz respeito, não falam de mulheres, não têm um recorte de gênero. Nós tivemos, então, que elaborar um questionário junto com defensoras públicas, técnicas da Secretaria de Justiça e técnicas do presídio. Durante 12 dias, nós aplicamos os questionários nas 452 presas, nós fizemos a coleta desses dados, nós tabulamos e publicamos dados das mulheres em situação de prisão no Ceará, como estão e quem são. Até onde nós sabemos, é o primeiro diagnóstico de presídio feminino feito no Brasil. Nós já fizemos o lançamento desse diagnóstico.

Nesse caminhar, nós criamos o Grupo de Estudo e Pesquisa de Gênero e Prisão nas universidades. E estamos também na academia discutindo a questão do gênero e da prisão.

Capacitações.

A Coordenaria, como eu disse, tem 2 anos. Um ano houve a conferência, mas nós já conseguimos e acabamos de executar um projeto do antigo Conselho da Mulher, em parceria com a Coordenaria, e fizemos, então, a capacitação para as mulheres, porque habilitado que está o Ceará no Pacto Nacional...

(*Soa a campainha.*)

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Isso é automático. Nós vamos ampliar o prazo para mais 3 minutos.

**A SRª MÔNICA BARROSO** – Nós precisamos fazer projetos para conseguir dinheiro. Apenas esquecemos que os servidores não são capacitados para fazer projetos e que o dinheiro vem, normalmente, por meio de projetos, o que é um protesto nosso. Não é isso, Profª Helena? O dinheiro poderia vir de outro jeito, fundo a fundo, por exemplo. Nós temos que fazer projetos, pessoas que nunca foram capacitadas para isso, para 76 conselheiras do Estado do Ceará, conselheiras municipais, daqueles conselhos que estão devidamente regulamentados e cadastrados na Coordenadoria. Fizemos um curso de capacitação na elaboração de projetos sociais e comunitários. Em 10 dias de imersão com uma consultoria, nós fizemos essa capacitação.

Acabamos de conseguir que fosse aprovado um outro projeto da Coordenaria. Nós faremos, em cada região polo do Estado do Ceará, 8 dias de capacitação apenas para as pessoas que estão trabalhando na Rede de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência. Essa capacitação deve começar em 2013, poderia ter sido agora no segundo semestre, mas, em ano eleitoral, mal fazemos alguma coisa no interior do Estado. E V. Exª sabe disso muito bem.

Programas voltados para a autonomia.

Nós estamos construindo, junto com o IDT, uma programação específica para a capacitação de mulheres. Essas capacitações já existem na Secretaria de Estado de Defesa Social e algumas também na Sejus. Nós estamos capacitando as mulheres em situação de prisão para que elas consigam ter autonomia ao saírem de lá e estamos montando agora um projeto de capacitação das mulheres da rede de atendimento. Aquelas mulheres que estiverem sendo atendidas pela Defensoria, pelo Ministério Público e pelo Juizado serão devidamente capacitadas também no sentido de obterem a sua autonomia para que elas voltem, que elas saiam, que elas rompam o ciclo da violência e possam sustentar-se e, digamos, ser devidamente absorvidas pelo mercado de trabalho.

Nós só temos informação da Casa do Caminho. Eu recebi comunicação, recebi o pedido da CPMI para que mandasse os dados das políticas da Rede de Atendimento do Estado do Ceará. Eu oficiei todos os órgãos, estaduais e municipais. E só pude mandar aqueles que me enviaram. Por mais que façamos, que peçamos, não conseguimos todos. Alguns órgãos do Estado e do Município receberam direto da CPMI os ofícios e eu recebi também da CPMI para mandar todos. Então, alguns, por exemplo, não quiseram mandar para mim, mandaram direto. Ficamos meio sem ter o controle de tudo isso, mas o que foi enviado para o Estado foi enviado à CPMI.

E aí, eu não posso também perder a chance de dizer que nós temos que pensar e ponderar um pouco a respeito dos registros administrativos da violência. Por quê? O que acontece? A mulher vai para a delegacia, passa uma hora contando sua história no B.O. Aí, vai para a Defensoria e tem que contar tudo de novo, vai para o Ministério Público e tem que contar tudo de novo.

O que nós fizemos, estamos pensando agora no Ceará, acabou de sair a portaria publicada no Diário Oficial, foi montar um GT de protocolo para elaborar os protocolos do fluxo de atendimento onde todos os órgãos da rede têm assento. Nós estamos com um projeto de irmos a cada um desses órgãos ver como é o atendimento, ver se podemos otimizar e pensar em mudar os registros administrativos. Cada órgão faz um registro administrativo diferente do outro, termina tendo informações diferenciadas. Quer dizer, desde as delegacias, a Defensoria, o Juizado, nós temos que tentar unificar os registros administrativos. Essa é uma tendência que o serviço público do Brasil tem à medida que foi montado para prestar serviços monoliticamente, sem considerar as diferenças raciais, de etnias, geracionais.

(*Soa a campainha*.)

**A SRª MÔNICA BARROSO** – Então, nós temos que ter os registros administrativos com esses cortes. Não podemos decidir – nós que temos a *expertise* de política para as mulheres – que secretaria tal e secretaria tal têm que fazer, porque elas não têm esse saber. Nós temos que fazer os projetos, nós temos que seduzir todos os órgãos e temos que levar para que eles sejam efetivamente implementados. Não podemos pedir a quem ainda não sabe fazer o que nunca fez.

Então, uma coisa que nós temos que fazer é tentar fazer parcerias sempre, não só com os órgãos do Governo. E o Estado do Ceará, como tem uma Coordenadoria muito jovem, ainda vai ter um certo tempo para que possa ir a todas as setoriais. Eu não consegui checar ainda na Secretaria da Educação, porque é muito trabalho em cada secretaria, é muita coisa para ser feita em cada secretaria.

Eu gostaria de, finalizando as minhas palavras, louvar a iniciativa de virem até aqui. Acho que é importante que o Estado do Ceará tenha esse registro, é importante que vocês ouçam cada um dos heróis, das heroínas que aqui estão há muitos anos cuidando as mulheres.

Boa tarde e muito obrigada.

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB / MG.) – Nós agradecemos à Drª Mônica Barroso. Queremos dizer que a orientação de um trabalho da intersetorialidade que relaciona o seu trabalho com o das outras secretarias é muito importante, a objetividade com que a senhora relatou todos os dados. Sem dúvida nenhuma, nós fizemos questão não de pedir à Coordenadoria estadual que nos passasse informações, mas que todos os órgãos passassem informações diretamente à CPMI para que também possam se incorporar ao nosso esforço.

Muito obrigada. Espero que todas essas informações nos cheguem por escrito na Comissão.

Nós vamos passar imediatamente, pela ordem apresentada pela representante do Tribunal de Justiça, aqui, representando a Desembargadora Francisca Adelineide Viana, à Drª Rosa Mendonça, Juíza do Juizado Especializado de Violência Doméstica contra a Mulher, que terá até 20 minutos.

A nossa Relatora *ad hoc* fará os seus questionamentos. Sem dúvida alguma, ela está premida por uma circunstância pessoal e não terá a oportunidade de escutar...

Eu solicitaria que a Deputada Gorete aproveitasse para ler as questões do Poder Judiciário, as questões do Ministério Público, as questões da Defensoria.

No caso da representante da sociedade civil, que é a Drª Maria da Penha, ela não será questionada, mas vem para nos informar a sua avaliação geral de como a sociedade civil analisa o procedimento de todos. Então, não há perguntas e, sim, uma escuta da sociedade civil.

Deputada Gorete, faça as três questões, e todos os demais presentes escutarão.

**A SRª GORETE** **PEREIRA** (PR – CE) – Obrigada.

Agora, nós passamos a fazer as perguntas ao Poder Judiciário, ao Ministério Público e à Defensoria Pública.

Então, ao Poder Judiciário, aqui à Drª Rosa Mendonça – eu gostaria que as outras, do Ministério Público e da Defensoria, também se localizassem aqui, mais perto da Drª Rosa –, pergunto: quais são os planos da Coordenadoria da Violência Doméstica para os próximos anos? Como a Coordenadoria está atuando junto aos juízes que aplicam a Lei Maria da Penha?

Há apenas duas varas de violência doméstica na capital. Como o Tribunal pensa em ampliar o atendimento especializado no interior do Estado?

Há previsão para criação de outros juizados ou varas de violência doméstica e familiar? O número de equipes multidisciplinares é suficiente para atender a demanda dos juizados especializados? Há previsão para ampliar essa equipe?

Existe capacitação sobre violência doméstica para os magistrados atuarem com a Lei Maria da Penha? Quantos juízes já foram capacitados?

Na diligência realizada hoje pela manhã ao Juizado da Violência Doméstica, tomamos conhecimento de que o órgão não dispõe de oficiais de justiça para o cumprimento das medidas protetivas de urgência. Por que isso ocorre? Quantos oficiais de justiça deveriam ser lotados no Juizado para cumprir os mandados com maior rapidez e garantir os direitos das mulheres?

Essas perguntas são dirigidas ao Poder Judiciário.

Para o Ministério Público, minha amiga Drª Magnólia Barbosa, eu gostaria de perguntar: quais ações o Ministério Público tem tomado para a criação ou implementação das políticas públicas e, consequentemente, da rede de atendimento às mulheres em situação de violência? O Ministério Público tem aplicado algum intuito despenalizador previsto na Lei dos Juizados Especiais, no caso da violência doméstica? Quantas promotorias da mulher existem no Estado? Há capacitação permanente para os promotores de justiça?

Para a Defensora Pública, Drª Elizabeth Souza, eu perguntaria: quantas defensorias especializadas existem no Estado? Como a Defensoria Pública atua nas comarcas onde há apenas um defensor?

Com isso, realmente, estamos agora na fase das respostas.

Obrigada, Drª Rosa Mendonça.

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PC do B – MG) – Com a palavra a Drª Rosa Mendonça.

**A SRª ROSA MENDONÇA** – Boa tarde a todos e a todas. Quero saudar aqui todos os Parlamentares na pessoa da Presidente desta CPMI, a Deputada Jô Moraes; e a sociedade civil na pessoa da nossa mulher de luta e de fé, Maria da Penha, que, como disse a Drª Mônica, dispensa qualquer comentário.

Sobre a pergunta: quais são os planos da Coordenadoria da Violência Doméstica para os próximos anos e como a Coordenadoria está atuando junto aos juízes que aplicam a Lei Maria da Penha? A Coordenadoria de Violência contra a Mulher, que foi uma determinação do Conselho Nacional de Justiça, só foi criada pelo Tribunal de Justiça no final do ano passado, depois de muita luta, juntamente com a Drª Mônica, para sensibilizar o Presidente do Tribunal de Justiça. Mas, enfim, foi criada essa Coordenadoria no final do ano passado e implementada, efetivamente, no começo deste ano. É uma Coordenadoria que não tem verba própria, ela não tem sequer um suprimento de fundos, funciona dentro do próprio Tribunal de Justiça, numa sala cedida. São duas servidoras e a Desembargadora Delineide, que ocupa a função, acumulando com a que exerce na desembargadoria. E ultimamente foi dada a ela uma equipe multidisciplinar, composta por uma psicóloga e duas assistentes sociais.

Como esta Coordenadoria está atuando junto aos juízes? A Desembargadora, como iniciou as atividades no começo deste ano, está se assenhoreando, está tendo contato com os juízes das diversas comarcas do interior, para saber as dificuldades, as sugestões de como fazer para melhor tratar essa questão da violência contra a mulher. Ela também trabalha muito nessa questão de criar novos juizados, juizados especializados, porque aqui no Ceará nós só temos dois juizados. Ela é muito sensível a essa questão e vem tentando sensibilizar o Tribunal de Justiça para a criação de novos juizados. Só que a criação de um novo juizado não é uma coisa tão simples, não é só colocar um juiz e o Ministério Público, colocar ali um promotor e um defensor. Há toda uma estrutura, tem que haver uma equipe multidisciplinar porque, sem isso, o juizado não funciona. Então, é muita despesa; não é uma coisa tão simples e tão fácil, mas ela está tentando sensibilizar, está trabalhando nessa questão.

Ela também está querendo estabelecer, nas comarcas onde existem mais de três varas, que seja determinada uma vara para atender somente aqueles casos de violência contra a mulher. Isso vai demandar, naturalmente, uma emenda ao Código de Divisão e Organização Judiciária do Estado. Mas é uma coisa que já está sendo trabalhada.

Há também a questão da capacitação de servidores e juízes nas cidades-polos. A intenção dela é dividir o Estado do Ceará em cidades-polos, a exemplo do que já existe na nossa escola da magistratura. E, naquelas cidades, serem ministradas as capacitações, tanto para os juízes quanto para os servidores que vão lidar com a questão da violência contra a mulher. É a forma melhor que encontramos para capacitar esse pessoal, porque, vir a Fortaleza, para quem está no interior, é bem mais complicado. Então, nas cidades-polos, tudo fica mais fácil.

Há também a elaboração de um manual orientando os procedimentos a serem aplicados em casos de violência doméstica em todo o Ceará, visando unificá-los no Estado e uma elaboração de mapas estatísticos sobre esse processo de violência contra a mulher nas comarcas do interior do Estado, porque nós não temos uma estatística voltada somente para os casos de violência contra a mulher. Então, vai haver, na estatística que nós remetemos mensalmente ao Tribunal de Justiça, um item voltado somente para os casos de violência contra a mulher, até para termos um mapeamento, um número certo efetivamente de processos que estão tramitando naquelas comarcas do interior. Nós não temos esse número, e não há como sabermos. Então, agora, nós temos essa intenção de fazer uma estatística voltada somente para os casos de violência contra a mulher.

Existem também as campanhas e a elaboração de material informativo voltado mais para o interior do Estado. E a capacitação para equipes multidisciplinares também no interior do Estado, porque essas equipes são de fundamental importância para subsidiar o trabalho do juiz. No interior, é muito complicado para o juiz, que não é um juiz especializado e porque não há um juizado especializado de violência contra a mulher. Então, a intenção é capacitar as equipes multidisciplinares que já existem naquela cidade, capacitar essas psicólogas e assistentes sociais para dar esse suporte aos juízes nas comarcas onde não existe a vara especializada.

Outra pergunta. Há apenas duas varas de violência doméstica na capital. Como o Tribunal pensa em ampliar o atendimento especializado no interior do Estado? Há previsão para a criação de outros juizados ou varas de violência doméstica? Foi o que eu já falei anteriormente: estamos trabalhando para que haja a criação de mais varas especializadas, notadamente aqui em Fortaleza, em que nós só temos um juizado.

O número de equipes multidisciplinares é suficiente para atender a demanda dos juizados especializados? Há previsão para ampliar essa equipe? Bem, no Juizado, a nossa equipe é muito pequena. Nós só temos duas psicólogas – uma é do quadro e a outra é cedida da Prefeitura de Maracanaú –, uma assistente social, quatro estagiárias, duas de psicologia e duas do serviço social, e uma psicopedagoga. Então, a equipe é muito pequena, o trabalho é muito grande. Precisamos, a todo momento, de relatórios de visitas domiciliares, e a equipe não consegue dar vazão a essa quantidade, a essa demanda. E, agora, a Desembargadora Delineide, quando foi dada a ela essa equipe da Coordenadoria da Mulher, deslocou um psicólogo e uma assistente social para nos ajudar nos relatórios e nas visitas domiciliares, porque, como, no Juizado, há uma demanda muito grande, essas visitas e esses relatórios estão um pouco atrasados. Então, a equipe está lá para fazer esse mutirão, para atualizar.

Isso é necessário, é de fundamental importância o trabalho dessas equipes, porque, muitas vezes, acontece uma determinada situação em que é importante a equipe ir até aquele local para verificar, naquele local, uma determinada ocorrência, até para que nós possamos decidir com mais segurança. Se precisam de uma visita domiciliar, precisam de um carro, no juizado, nós só temos um carro, que serve para tudo, não só para atender essa demanda da equipe multidisciplinar, fazendo visitas, como também para cumprir mandados.

Muitas vezes, acontece de serem marcados atos, marcadas audiências muito em cima da hora, e não há condição de mandar esses mandados para serem cumpridos na Coman. Muitas vezes, é alguma medida de urgência. Então, é o motorista, é essa Kombi que faz esse trabalho. Além de toda a questão administrativa. Porque o prédio é um prédio separado do fórum, e nós temos toda a estrutura, toda a responsabilidade administrativa. Então, tem muita coisa, sim, que esse carro é que tem que fazer.

Então, é um trabalho em que nós necessitamos de uma equipe muito maior e de condição de trabalhar, porque as visitas só são feitas, na verdade, duas vezes por semana, que é quando se tem a disponibilidade desse carro. E a visita é muito complicada, porque a equipe vai e nem sempre as partes estão em casa. Ou então tem que ouvir não só uma pessoa, mas duas, três. Às vezes tem que ir a outro local. Quando tem problema com filho, tem que ir a uma escola ouvir diretores, ouvir a vizinhança... Então, o trabalho não é uma coisa simples, de a pessoa pegar uma manhã e fazer duas, três visitas. Às vezes, passa a manhã inteira e não consegue concluir uma visita. Então, essa é uma deficiência que nós temos. Se tivéssemos outro transporte, outro carro, nos ajudaria bastante.

E a pergunta sobre se há previsão para ampliar essa equipe. Eu desconheço. Infelizmente, a necessidade é gritante, mas eu desconheço que haja uma previsão para ampliar essa equipe. Essa nossa equipe, esses servidores são do quadro do Poder Judiciário, são concursados, a psicóloga e a assistente social. Só uma psicóloga que é cedida da Prefeitura de Maracanaú.

Existe capacitação sobre violência doméstica para os magistrados atuarem com a Lei Maria da Penha? Quantos juízes já foram capacitados? Bom, uma das metas da Coordenadoria é fazer a capacitação para os juízes. Aqui, no Estado do Ceará, temos, no interior do Estado, 149 juízes. Só fizemos, desde quando eu entrei no juizado – estou lá desde a instalação desse juizado, em 2007 –, duas capacitações promovidas pelo Conselho Nacional de Justiça para os juízes, naturalmente juízes do interior do Estado. Aqui, em Fortaleza, todos os processos da violência doméstica ficam somente no Juizado de Fortaleza. Nessa capacitação, não chegou a 50% o número de juízes que foram capacitados. Tudo isso por conta da dificuldade, porque é muito complicado o juiz deslocar-se para Fortaleza, há comarcas muito distantes. Então, é complicado o juiz vir aqui e participar dessa capacitação. O papel da Coordenadoria é fazer essa capacitação e levá-la para onde estão os juízes, nas cidades-polos mais próximas.

Na diligência realizada hoje, de manhã, pelo Juizado de Violência doméstica, tomamos conhecimento de que o órgão não dispõe de oficiais de justiça para o cumprimento das medidas protetivas de urgência. Por que isso ocorre? E quantos oficiais deveram ser lotados nos juizados para cumprir os mandados com a rapidez necessária à garantia dos direitos das mulheres? No Juizado, logo quando foi instalado, tínhamos um quadro de oficial de justiça, até porque, quando criou o Juizado de Violência, a lei previu a criação de duas vagas para oficial de justiça. No começo, tínhamos esses dois oficiais de justiça e, depois, vimos que não dava, não tinham condições de cumprir os mandados. Então, foi ampliado o quadro para cinco oficiais. Não deu certo porque a cidade é muito grande, as medidas protetivas saem em um mandado com duas intimações: a intimação para o homem e a intimação para a mulher. Muitas vezes, o oficial de justiça só conseguia intimar uma parte, porque, por exemplo, uma parte morava lá no Conjunto Ceará e a outra na Praia do Futuro. Então, ficou inviável. Não havia condições de o oficial de justiça cobrir a cidade de Fortaleza.

Aqui, no Fórum Clóvis Beviláqua, temos uma central de mandados em que os oficiais de justiça cumprem todos os mandados da Comarca de Fortaleza. Lá são 170 oficiais de justiça, e achamos melhor para a dinâmica do trabalho que esses mandados fossem distribuídos para essa central. E efetivamente é o que acontece. Quando são concedidas as medidas protetivas e quando há intimação para as audiências, esses mandados vão para a central. Lá eles são distribuídos, e cada oficial de justiça cumpre os mandados por região, por determinadas localidades. Então, os mandados são distribuídos para os oficiais de uma forma geral.

No começo, tivemos muitos problemas com essa questão da demanda. Havia medidas protetivas que saíam a tempo – as medidas protetivas, quando chegam da delegacia, saem no prazo de 48 horas – mas, muitas vezes, não; às vezes, demoram no cumprimento porque não depende do juizado. Vai para essa central de mandados, e estava acontecendo de os mandados demorarem a ser cumpridos. Mas houve uma reunião com o diretor dessa central de mandados, que também é um juiz de Direito. Na reunião, expusemos a situação da urgência da questão da violência contra a mulher, que não pode esperar, especialmente o afastamento do lar. Ele acolheu o nosso pedido. Os oficiais de justiça dão prioridade aos casos de violência contra a mulher, notadamente quando existe a determinação de afastamento do lar.

Então, acerca da quantidade de oficiais de justiça que deveriam ser lotados, acho que a forma como está na Comam é ideal, porque, para que tivéssemos um quadro de oficiais de justiça razoável no Juizado, precisaríamos de, pelo menos, 20 ou 30 oficiais para dar cumprimento a todos esses mandados, até porque todos os dias chegam ao Juizado cerca de 35 a 40 medidas protetivas, que geram o dobro de mandados. São dois mandados para cada medida protetiva, então, fica inviável ter esse quadro limitado. Eu acho que, da forma como está a central de mandados e com essa preferência, com essa prioridade que se está dando, está funcionando bem.

No mais, nós temos uma dificuldade muito grande, como todo o Poder Judiciário, não é só o juizado que tem essa deficiência de servidores. O nosso quadro, apesar de ser previsto na lei e de estar completo, com o número previsto de servidores, já é insuficiente para a demanda. Embora o Tribunal de Justiça tenha, às vezes, procurado, dentro das limitações, conceder servidores, a deficiência de servidores é muito grande. Isso faz com que haja um comprometimento, na verdade, do trabalho. Então, todo mundo trabalha lá no limite da exaustão. Felizmente, contamos com servidores muito abnegados, que vestem a camisa. Porque em relação à violência contra a mulher, eu acho que Deus passa a mão por cima e todas as pessoas que lidam com essa questão se tornam sensíveis à causa, vestem a camisa e dão o sangue. Pelo menos, para esses servidores do juizado eu tiro o chapéu, porque eles não medem esforços no sentido de fazer um atendimento bom, um atendimento de qualidade.

Claro que ainda há muita coisa a desejar, falta capacitação para os próprios servidores do Juizado, assim como também falta capacitação para toda a Rede que faz o atendimento. Percebemos que nem todas as pessoas dessa Rede de Atendimento têm as informações que devem ser dadas para as vítimas de violência. Então, há ainda muita coisa a ser feito. É um verdadeiro desafio aplicar essa lei da forma como ela está prevista no papel. Dar efetividade à Lei Maria da Penha é uma coisa muito difícil.

Mas estamos nessa luta e contamos agora com essa Coordenadoria, que eu acho que veio somar. A Desembargadora, que é muito sensível a essa questão, está sensibilizando o nosso Presidente do Tribunal. Agora vamos mudar de Presidente, mas eu acho que ele também é muito sensível à questão. Os desembargadores também estão mudando. Eu acho que está faltando, da parte das pessoas, de uma forma geral, mais seriedade no trato da violência contra a mulher, porque as pessoas falam, falam, mas efetivamente medidas que deveriam ser tomadas para melhorar a nossa estrutura de trabalho, e não somente a estrutura do Juizado, mas de toda a Rede, ainda deixam muito a desejar e muita coisa ainda tem que ser feita.

Era só.

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Nós já tínhamos observado a forma como a senhora conduz o processo na vara. A vara tem uma boa estrutura física, o que falta é uma estrutura de pessoal. Eu queria apenas deixar registrado que a senhora pudesse nos enviar... Primeiro, faço uma pergunta: a senhora esteve no último FONAVID, em Mato Grosso?

**A SRª ROSA MENDONÇA** – Não estive porque não nos foi autorizado, porque aqui no Ceará temos dois juízes, eu e o colega de Juazeiro do Norte, mas o Tribunal de Justiça não autorizou a nossa participação no FONAVID – nós achamos que ia autorizar e não autorizou, deixamos para última hora e acabamos não participando. Aliás, do FONAVID nós participamos somente de dois.

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Dois oito FONAVIDs só participaram apenas de dois.

**A SRª ROSA MENDONÇA** – De dois. Do deste ano e daquele do ano passado nós não participamos. Dois juízes da violência doméstica...

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Só para explicar: o Fonavid é o Fórum Nacional de Violência Doméstica dos Juizados de Violência Doméstica.

Nós queríamos deixar registrado, então, que depois nós formalizaremos à Coordenadoria, Desembargadora, que possa, a partir de agora, estabelecer como rotina a presença de, no mínimo, um juiz representando o Juizado Especializado, já que no FONAVID se dá uma troca, um exercício de experiência de aperfeiçoamento da máquina.

**A SRª ROSA MENDONÇA** – Também da jornada da Lei Maria da Penha, que é promovida também pelo Conselho Nacional de Justiça, acho que foi a VI Jornada, se não me engano, também só participamos de umas três. Dessas duas últimas também não participamos. Também é um momento muito interessante.

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Vamos deixar registrado e depois encaminhar à Desembargadora, à Coordenadora a necessidade imperiosa de que os juizados do Estado do Ceará participem de todos os encontros do FONAVID e de todas as jornadas nacionais.

Nós gostaríamos também de deixar registrado que a senhora pudesse nos enviar um debate com a Coordenadora sobre como resolver os problemas de todos os outros casos de violência doméstica que não são de varas especializadas e que são encaminhadas dentro das suas jurisdições para dar agilidade e controle às medidas protetivas.

Nós agradecemos a senhora pela agilidade com que responde as nossas preocupações e vamos, em seguida, fazer um contato com o CNJ para que essa orientação de presença compulsória seja uma normativa de todos os tribunais de justiça. Muito obrigada.

Passamos, de imediato, à representante do Procurador-Geral do Ministério Público, Drª Magnólia Barbosa da Silva, para suas observações e respostas às perguntas.

**A SRª MARIA MAGNÓLIA BARBOSA DA SILVA** – Boa noite.

Em nome do Ministério Público, cumprimento a Mesa e, evidentemente, na pessoa da nossa Deputada Gorete, que não se encontra, que foi quem...

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – A Deputada Gorete foi a autora do requerimento...

**A SRª MARIA MAGNÓLIA BARBOSA DA SILVA** – Exatamente, Gorete Pereira. Então, cumprimento a todos. Cumprimento o público em geral na pessoa da Prof. Helena Frota, que participa conosco dos trabalhos.

Devo dizer à Senadora que o Dr. Ricardo Machado, Procurador-Geral do Ministério Público, não está aqui hoje porque encontra-se em Brasília trabalhando contra a PEC 37, aquela que traz a impunidade, que traz ao Ministério Público, ou tira do Ministério Público o direito de investigar inclusive crimes contra a violência doméstica. Ele não está aqui e pede a ajuda de V. Exª e de todos os Parlamentares para que não deixe ser aprovada essa PEC da impunidade, que é a PEC 37.

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Em relação a essa Proposta de Emenda à Constituição nº 37, que está tramitando lá em Brasília, na Comissão de Constituição e Justiça, foi derrotada a emenda que propunha que se mantivesse a presença do Ministério Público atuando em casos referentes ao patrimônio público. Essa emenda foi derrotada e a nossa luta era para que fosse mantida, inclusive em entendimento, sobretudo, com o Deputado Amin, para que o Ministério Público esteja presente em casos estabelecidos por lei, para que se atenda às reivindicações do Ministério Público, sem dúvida, muito importante emenda no combate à corrupção.

**A SRª MARIA MAGNÓLIA BARBOSA DA SILVA** – Meus agradecimentos, Deputada Jô Moraes.

Como disse, o Dr. Ricardo Machado não está presente, mas meu nome é Magnólia Barbosa e pertenço ao primeiro escalão do Ministério Público. Sou Procuradora de Justiça e represento, neste ato, a mim própria, que estou integrando o Colégio de Procuradores de Justiça e, no Estado do Ceará, coordeno o movimento Pró-Mulher. Lógico que, se o Dr. Ricardo Machado aqui estivesse, apenas iria cumprimentar a Mesa e passar a palavra a minha pessoa. Entendo como justificada a não participação dele aqui.

Bem, o Ministério Público é um órgão formal. Por esse motivo, apesar de ter sido avisada de imediato da presença de V. Exª, eu apresento um relatório à Mesa dos nossos trabalhos por escrito. Peço à nossa assessora, a Estela, que apresente à Mesa.

Está aqui conosco o Promotor de Justiça, Dr. Anailton Mendes de Sá Diniz. Esse mini relatório tem 100 páginas. É evidente que não vai dar para falar sobre as cem páginas, Deputada Federal, em apenas alguns minutos. Mas vou procurar responder às perguntas o mais rápido possível.

Gostaria também que a assessoria, começando a minha fala, mostrasse a campanha que o Ministério Público faz de enfrentamento à violência doméstica.

Por favor.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

**A SRª MARIA MAGNÓLIA BARBOSA DA SILVA** – A campanha é divulgada em nível nacional e de forma permanente na página do Ministério Público e nos Municípios a que vamos.

Temos, no Estado do Ceará, 375 membros do Ministério Público trabalhando em 184 Municípios.

A primeira pergunta da Deputada se refere às ações que o Ministério Público tem feito para implementar a rede de atendimento. No relatório entregue a V. Exªs, a partir das páginas 29 e 30, observam-se várias ações como: participação em debates e mesas, cursos de capacitação, reuniões, inspeções, reuniões da rede em vários locais, elaboração de recomendação, promoção de campanhas, elaboração de manuais – são dois manuais: este, *O Enfrentamento à Violência Doméstica*, que traz o símbolo da campanha, Deputada Jô; e *Mulher e Homem – Uma questão de Gênero*.

O Ministério Público trabalha com recomendações. Essas recomendações estão nas páginas finais, são os anexos. Vou fazer um resumo aqui, para V. Exª conhecer o trabalho de metas e de alcance da nossa instituição.

Recomendação nº 5/2012. Ao final, o Procurador-Geral recomenda a todo o Ministério Público do Estado que efetive o processo de articulação e parcerias com a Rede, que promova ações voltadas à criação e fortalecimento da Rede e dos conselhos municipais da mulher, informe acerca de medidas adotadas, tudo no prazo de 60 dias.

Recomendação nº 08. Nela novamente o Procurador-Geral recomenda a todos os Promotores de Justiça da comarca que zelem pelo pleno e efetivo cumprimento da Lei Maria da Penha, intervindo em causas cíveis, criminais e decorrentes da violência doméstica e familiar contra a mulher,; que fiscalizem os estabelecimentos públicos e privados de atendimento à mulher em situação de violência doméstica e familiar e que adotem de imediato as medidas administrativas e judiciais cabíveis no tocante a qualquer irregularidade constatada; que expeçam recomendações a órgãos e entidades públicas e privadas visando à implementação e aperfeiçoamento de atividades positivas para a Lei Maria da Penha; que requisitem, quando necessário for, força policial e seus serviços públicos de saúde, educação, assistência social, segurança, entre outros; que façam o cadastro dos casos de violência doméstica.

Deputada Jô, o Ministério Público do Estado do Ceará tem um cadastro de vítimas da violência doméstica em que nós anotamos os casos que acontecem em todo o Estado. V. Exª pode verificar aí no nosso relatório, na p. 73, exemplos de alguns casos de andamento do nosso trabalho e de como o Ministério Público se comporta diante das reclamações.

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Drª Magnólia, esse registro toma como base que tipo de informações para que seja caracterizado o homicídio como fruto de violência doméstica e não ocorra o registro como homicídio de mulheres decorrente do tráfico ou de outros crimes?

**A SRª MARIA MAGNÓLIA BARBOSA DA SILVA** – Excelente pergunta. Nós temos uma resenha eletrônica da Promotoria de Justiça do Juizado de Violência Doméstica. Então, através de uma resenha eletrônica, eles informam os cadastros, quer dizer, o cadastro é específico para violência doméstica em todo o Estado. O Estado do Ceará tem esse cadastro específico por cidade e, no próximo ano, a Copevid, que é uma reunião de todos os promotores de Justiça do Brasil, vai juntá-los e fazer um cadastro nacional em que todos os Ministérios Públicos vão oferecer respostas de imediato à consulta de V. Exª ou de qualquer Parlamentar acerca do trabalho do Ministério Público no que se refere à fiscalização de estabelecimentos, de inquéritos, de inquéritos policiais, inquéritos arquivados, andamento de número de processos, manifestação do Ministério Público, parecer de busca e apreensão, liberdade provisória e a questão também de incidentes de insanidade mental...

(*Falha na gravação.*)

**A SRª MARIA MAGNÓLIA BARBOSA DA SILVA** – ...que podem acontecer, parecer de relaxamento de prisão, plantões criminais, representações recebidas, denúncias recebidas, decreto de prisão preventiva e requisição de inquérito policial, além das denúncias. Então, o cadastro está específico nesse setor.

O Ministério Público se reúne mensalmente, às vezes, até diariamente aqui com a Rede. Agora, recentemente, durante esses 16 dias de ativismo, nós trabalhamos no sentido de diagnosticar qual seria, dentro de Fortaleza, o bairro com maior índice de violência para, a partir das pesquisas, ir à ação.

Então, observem aqui que a Profª. Helena Frota diz que o bairro é Messejana. Fizemos uma ação conjunta em Messejana, uma intervenção do Poder Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública, Instituto Maria da Penha, junto ao colégio Paulo Benevides, ou seja, estamos trabalhando em um plano piloto de ação e de resultado.

No dia 8 de março de 2013, vamos estar na cidade de Barbalha, aqui apontada como a que tem o maior índice de violência. Então, vamos juntar a Rede em cada local que apresente índice de violência no sentido de diminuí-la. O objetivo sempre é articular a Rede, estar diariamente conversando com ela.

Aqui com a Casa, a Assembleia Legislativa que antes era a casa das sete mulheres – hoje são nove Deputadas –, trabalhando com as Deputadas, com a Comissão Parlamentar, fizemos visitas a delegacias de polícia e trabalhamos constantemente. Então são várias as ações em que o Ministério Público trabalha diuturnamente para fazer a implementação da Lei Maria da Penha e, consequentemente, trazer um melhor atendimento à Rede, porque há uma necessidade enorme, a gente já falou sobre isso neste Parlamento, de investimento financeiro. Todos os órgãos públicos precisam de investimento financeiro para funcionar. É necessário investimento financeiro, é necessário que o Estado do Ceará coloque em seu orçamento investimento financeiro em todas as áreas para atender ao Ministério Público, à Defensoria Pública, à delegacia de Polícia, a todos os órgãos que trabalham com a Rede, a todos os órgãos públicos. Não se pode trabalhar sem investimento financeiro, sem orçamento financeiro.

O Ministério Público tem feito a sua parte com seus promotores de justiça, mas também necessita, como qualquer órgão, de investimento financeiro. Esse investimento é para capacitar mais as pessoas, para fazer uma propaganda permanente do trabalho, da necessidade de combater a violência doméstica, porque é na área de prevenção – e é para ela que nós estamos trabalhando muito – que o Ministério Público do Estado do Ceará inaugurou três núcleos de gênero, chamados Núcleo de Gênero Pró-Mulher: um em Fortaleza, um em Sobral e outro em Juazeiro do Norte. São locais polo em que se trabalha diariamente no sentido de movimentar a Rede para a prevenção. Estamos indo a colégios, cito como exemplo aqui a cidade de Sobral, onde estamos lançando uma chamada Cartilha *Educação e Justiça pelo Fim da Violência Doméstica.* Todas as escolas públicas de Sobral vão trabalhar com essa cartilha: *Educação e Justiça pelo Fim da Violência Doméstica;* já faz parte de um convênio formado, a exemplo do que fizemos agora, recente, com o Colégio Paulo Benevides, que também vai trabalhar no próximo ano com cartilhas.

São essas as respostas à primeira pergunta.

Segunda pergunta: o Ministério Público tem aplicado algum instituto despenalizador, previsto na Lei de Juizados Especiais, nos casos de violência doméstica? Não, muito pelo contrário, tem trabalhado contra. Por quê? Porque o art. 17 da Lei Maria da Penha veda a aplicação nos casos de violência doméstica, de familiar contra mulher, de penas tipo cesta básica e outras prestações, em substituição de qualquer tipo de pena. Estamos trabalhando contra diariamente.

Aqui na nossa cartilha, pág. 42, que entregamos a todos os órgãos, insistimos para que não se aplique, jamais, a Lei de Juizados Especiais na Lei Maria da Penha. A Lei Maria da Penha deve ser cumprida na sua integralidade, o MP trabalha para efetivar a Lei Maria da Penha; efetivar em todos os sentidos, no sentido de políticas públicas, que é o sentido mais importante, na área civil, na área penal e na área administrativa.

A terceira pergunta: quantas promotorias da mulher existem no Estado? No Estado temos especializada duas; uma em Fortaleza e outra em Juazeiro; e temos promotoria da mulher em todas as comarcas, mas todas elas acumulando suas atribuições legais de diversas áreas. Não temos uma específica.

Na cidade de Sobral, o juiz da área penal, juntamente com a promotora de justiça da parte penal, é quem cuida da Lei Maria da Penha. É claro que é necessário – e seria o ideal – que cada comarca, ou cada cidade dos 184 Municípios, tivesse uma promotoria de justiça especializada na área da mulher e também o juiz especializado exclusivamente na área de violência doméstica.

No momento, o nosso Estado ainda está a desejar nessa área especializada, não na área de se fazer cumprir; na área de se fazer cumprir, temos promotores de justiça em todas as comarcas, exigindo cumprimento da Lei Maria da Penha, exigindo cumprimento das políticas públicas junto aos Municípios.

Fazemos audiências públicas com os Parlamentares - e aqui está comigo o Promotor de Justiça, Dr. Anailton, que participa das audiências públicas aqui em Fortaleza. Por quê? Porque pensamos, e sempre conversamos isso com a Maria da Penha, que a Lei Maria da Penha veio muito falar sobre violência doméstica, mas o caos aqui no Estado do Ceará é a morosidade. Então o Ministério Público teve de optar entre: para que fazer ação civil pública e ficar parada lá? Estamos optando em articular o Poder Legislativo, o Poder Executivo, no sentido de que se faça cumprir a Lei Maria da Penha em todos os locais. Também estamos pedindo ajuda às organizações não governamentais, porque observamos que, depois desses seis anos da Lei Maria da Penha, elas estão um pouco paradas aqui no nosso Estado. Queremos mais cobrança; quanto mais cobrança das organizações não governamentais, mais teremos respaldo de sair cobrando políticas públicas e exigindo que o prefeito municipal cumpra, que o juiz cumpra, que o promotor de justiça também cumpra a Lei Maria da Penha.

Muitas são as prioridades do nosso Estado, e temos que insistir até para ser prioridade na agenda do Governador do Estado do Ceará. Maria da Penha, tivemos várias reuniões, durante os anos de 2010, 2011, 2012 no Ministério Público e no complexo da mulher, que foi uma das ideais surgidas dessa reunião, que a nossa Deputada Fernanda Pessoa, conosco, disse e prometeu que um dia ela conseguiria falar com o Governador. Hoje graças à CPI da Violência Doméstica, foi possível ser entregue e há sinal positivo de que vamos ter o complexo da mulher, um local desenhado pela Maria da Penha e por todas as pessoas que integram a Rede de Combate à Violência Doméstica, um local em que a mulher vítima de violência encontre tudo, todo atendimento: delegacia de polícia, equipe multidisciplinar, juiz, promotor de Justiça; e até o agressor encontre um local em que ele possa se defender, em que ele possa encontrar defesa e em que ele possa ser apoiado, porque o objetivo da Rede de Combate à Violência Doméstica é a família, é para consolidar a família, é trazer paz à família. Então, não basta cuidar só da mulher; tem-se de cuidar também do homem.

O complexo da mulher é pensado em rede, e espero em breve realmente seja colocado em Fortaleza, porque o Estado do Ceará, o Estado que tem a Maria da Penha, deveria ser o primeiro lugar, em termos de estrutura, para o atendimento à Lei Maria da Penha. Deveria. E saiba, Maria da Penha, como a gente tem insistido nessa tabela! Deveria. (*Palmas*.)

E o Ministério Público do Estado do Ceará vai continuar insistindo para que se cumpra essa legislação, para que se atenda essa expectativa de direito. Vai continuar fazendo seus relatórios, vai continuar trabalhando nos espaços que lhe são permitidos e até nos não permitidos; na rua mesmo, como já fizemos em vários movimentos, e em praças públicas, para que se cumpra a Lei Maria da Penha, para que ela seja efetivada em todas as áreas.

Vou mostrar aqui, em rápidas passagens, o Planejamento Estratégico do Ministério Público do Estado do Ceará para 2013/2014. É um planejamento pensado, batalhado com 375 promotores de Justiça, todos eles assumindo o compromisso de assim se fazer cumprir – está na página 78, Deputada Jô Moraes, caso queira acompanhar:

1. Fiscalizar aplicação das medidas protetivas, que se desenvolverão de acordo com o seguinte plano de ação:

a. Levantamento do número de medidas de proteção pleiteadas e deferidas com a intimação do agressor – a questão da intimação do agressor é o nosso calo. É difícil fazer a intimação do agressor não só em Fortaleza, mas em qualquer Município, por falta de oficiais de Justiça e por depender da ajuda do ronda do quarteirão, que às vezes cumpre e às vezes não cumpre. Então, o Ministério Público vai trabalhar diuturnamente nessa área.

b. Verificação das intimações do Ministério Público das decisões judiciais nas medidas de proteção – essa verificação é que para que se cumpra, para que se possa recorrer, para que se dê andamento e para que os processos não fiquem engavetados. É trabalho nosso evitar essa morosidade.

c. Verificação das intimações para o efetivo cumprimento dessas medidas de proteção junto às delegacias de polícia e também junto às vítimas – informação, evidentemente, sobre a meta para as demais promotorias de Justiça do Estado com atuação no enfrentamento à violência doméstica.

2. Educação nas escolas contidas nos bairros com maior índice de violência doméstica na capital, que será desenvolvida de acordo com o seguinte plano:

a. Mapeamento de cinco bairros com maior índice de violência doméstica – esse mapeamento já foi feito pela Prof. Helena Frota e, no próximo ano, vamos trabalhar com ele. Evidentemente, aproveitando mais uma vez a CPI da Violência Doméstica, pedimos, por favor, orçamento, investimento. Queremos trabalhar, mas precisamos que o Estado brasileiro dê condições de trabalho.

b. Mapeamento de cinco escolas nos bairros com maior índice de violência – vamos fazer esse mapeamento com a Prof. Helena, para intervir no sentido de resolver. O Ministério Público do Ceará não quer dados para enfeitar parede; quer dados para encontrar solução, para resolver o conflito.

c. Realização de atividades de educação nessas escolas – realização permanente.

Concluindo, para dar a palavra ao meu colega Anailton, no item 3, vamos trabalhar com aperfeiçoamento da atuação do Ministério Público e de polícias no enfrentamento à violência doméstica.

Eles vão atuar da seguinte maneira: primeiro, distribuição de manuais e atuação funcional para o Ministério Público e para as polícias civis e militar; seguindo esses manuais, cursos que o Ministério Público já lecionou, capacitando várias pessoas que integram a Polícia Civil e a Polícia Militar. Então já houve a capacitação. Esses números estão conosco. Há registros que podem ser fornecidos à CPI.

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Drª Magnólia, só para agilizar e dar tempo, quanto aos dados que estão aqui, o último ponto é o acompanhamento de políticas públicas, queria fazer uma pergunta mais concreta.

A senhora falou que há duas promotorias de violência doméstica e falou em três núcleos de gênero. Esses núcleos de gênero são integrados por promotorias diferentes? São instrumentos para estudos, para a coordenação?

**A SRª MAGNÓLIA BARBOSA DA SILVA –** Obrigada, Deputada.

O Ministério Público tem órgãos de execução, que são as promotorias de Justiça. O que o órgão de execução faz? Faz as denúncias, os inquéritos. Esses são órgãos de execução. Eles trabalham quando acontece o ilícito.

Os Núcleos de Gênero Pró-Mulher, os três, vão trabalhar na área de prevenção. O que vamos fazer na área de prevenção? Vamos fazer capacitação, vamos fazer cursos, vamos trabalhar com a Rede, audiências públicas.

Nós colocamos um eixo aqui no Estado do Ceará: região norte, região sul e centro, que é Fortaleza. Então nós temos um núcleo em Fortaleza, outro em Juazeiro do Norte e outro em Sobral, Região Norte e Região Sul. Então são três polos...

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – São integrados por diferentes promotores ou o conjunto de promotores...

**A SRª MAGNÓLIA BARBOSA DA SILVA –** São integrados por todos os promotores de Justiça que trabalham na área de execução. Por exemplo: aqui está comigo o Dr. Anailton. Ele é Promotor de Justiça da área da Promotoria e também do Núcleo. Com ele, há mais três promotores de Justiça complementando o Núcleo. Então os dois órgãos se integram. Dividimos a atividade: você faz a execução e o outro faz a prevenção ou vice-versa, porque não há como, no Ministério Público, separar as atribuições. O promotor de Justiça deve trabalhar em todas as atribuições. Os núcleos são apenas para termos um setor de cumprimento em cada área. Na realidade, um promotor trabalha em todas as áreas.

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Obrigada, Drª Magnólia.

A senhora disse que queria dar um pouco do tempo. Eu estendi por mais cinco minutos para que o outro promotor pudesse usar da palavra.

**A SRª MAGNÓLIA BARBOSA DA SILVA –** Eu queria só concluir. É uma pergunta que V. Exª fez sobre a capacitação de promotores de justiça.

Ela é permanente. Nós temos uma Escola Superior do Ministério Público e cursos permanentes. Então as promotorias existem no Estado e trabalhamos de forma permanente.

Por favor, Dr. Anailton. Cinco minutos.

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Eu pediria que o Dr. Anailton dissesse o seu nome completo para efeito de registros. Devido ao adiantado do tempo, a gente daria cinco minutos ao senhor.

**O SR. ANAILTON MENDES DE SÁ DINIZ –** O.k., obrigado.

Eu queria saudar a Mesa em nome da Deputada Jô Moraes e dizer que é um prazer estar aqui para falar um pouco sobre a violência doméstica. Na verdade, eu também sou um dos que se envolveram e me apaixonei na defesa das mulheres.

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – O nome completo.

**O SR. ANAILTON MENDES DE SÁ DINIZ –** Sou Anailton Mendes de Sá Diniz, sou Promotor auxiliar de Combate à Violência Doméstica em Fortaleza e faço parte do Núcleo de Gênero Pró-Mulher.

A Drª Magnólia falou sobre os núcleos. Os promotores que acompanham o núcleo de Sobral são de outras varas que não são especializadas, porque ainda não há um juizado especializado lá. Portanto também não há uma promotoria especializada.

Temos uma promotoria especializada em Juazeiro e outra em Fortaleza. Só que, nessa de Fortaleza, tem a Promotora titular e eu, que atuo como Promotor auxiliar. A nossa colega titular no momento encontra-se de férias, e nós estamos assumindo as duas posições.

Quero enfatizar que quando cheguei à violência doméstica, em fevereiro de 2010, substituí a colega Fernanda Marinho, que tomou uma grande atitude aqui em Fortaleza, que eu não posso deixar de lembrar: a luta para não excluir a prisão preventiva de alguns crimes da Lei Maria da Penha. Era uma reforma que estava havendo no Processo Penal e o interesse era de se retirarem as garantias da mulher, que seria a prisão preventiva em último caso, em alguns crimes.

As medidas protetivas de urgência para mim são o grande trunfo da Lei Maria da Penha. Por isso a nossa preocupação em acompanhá-las de perto, porque, no curso que demos para a Polícia, para o ronda do quarteirão sobretudo, porque é a polícia que chega no primeiro momento, sentimos, no Juizado de Violência Doméstica, nas audiências com a Drª Rosa, que havia um desconhecimento muito grande da Polícia na abordagem dos crimes de violência doméstica, dos agressores; o medo da Polícia de, por exemplo, ingressar num condomínio de luxo. E aí a polícia ficava numa situação difícil. Nós fizemos um curso específico para os policiais do ronda. Fomos diretamente à Polícia Militar, à Secretaria de Segurança Pública, conversamos com o Secretário, que nos deu todo o apoio. E fizemos também um curso de capacitação com os delegados de Polícia, porque a nossa bandeira, Deputada Jô Moraes, a bandeira da Comissão Permanente de Combate à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher do Brasil, que é formada por vários promotores que atuam na área, é de que a Polícia não conceda fiança nos casos que envolvem violência doméstica, para que a mulher tenha uma maior proteção. Nesses casos, o juiz tem 48 horas para definir se concede ou não as medidas protetivas e este mesmo juiz tem 48 horas para julgar ou não a concessão de uma fiança. Então a mulher fica mais garantida nesse sentido.

A nossa comissão trabalha nisso. Em Fortaleza, já trabalhamos com as delegadas, recebemos integral apoio da Drª Rena, da Drª Cezarina e da Penélope, que está aqui presente, e de muitos delegados que estão realmente atendendo à nossa recomendação.

Em resumo, a fala da Drª Magnólia já deixou transparecer todas as nossas ações. Esse planejamento que nós temos para o futuro foi bolado na Comissão, ao qual pretendemos realmente dar efetividade, inclusive com um manual, fazer um manual para os promotores de Justiça.

Nós elaboramos um manual para os delegados de Polícia, uma orientação, na verdade, e esse manual já foi escolhido pela Comissão Permanente de Combate à Violência Doméstica para ser complementado por outros colegas do Ministério Público e servir de orientação de nível nacional para as Polícias.

Isso está em fase de elaboração. Creio que em março do ano que vem esse manual será lançado como um documento da campanha, como foi lançada essa cartilha nacional.

Muito obrigado pela oportunidade.

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Eu queria cumprimentar o Dr. Anailton, a Drª Magnólia, primeiro, pela preocupação com o registro dos acontecimentos. Este relatório aqui apresentado, que é um trabalho dos Núcleos de Gênero do Ministério Público, é uma lição. Se nós não tivermos o registro da realidade, não teremos condições de apresentar as soluções. Como muito bem disse a Drª Magnólia, nós queremos números não para colocar, mas para resolver as questões apresentadas.

Sem dúvida alguma, a demanda da senhora, Drª Magnólia, é a demanda de todos os órgãos, de toda a CPI. Sem recursos, sem definição orçamentária, não há continuidade da ação dos diferentes órgãos.

Quero dizer que o Governador se colocou à disposição para se incorporar ao esforço para se criar um comitê intergestor para a operação. Essa preocupação que a senhora demonstrou com a necessária articulação entre os órgãos, inclusive com a informatização, pelo menos nós apresentamos, e o Governador se incorporou a essa preocupação.

Considero que o que a senhora diz, a sociedade civil, Maria da Penha, as entidades – aqui está a União Brasileira de Mulheres – da sociedade civil devem ficar organizadas, vigilantes e atentas para arrancar do Poder Público, sem dúvida nenhuma, as demandas.

Parabéns pelo trabalho da Drª Magnólia, do Dr. Anailton e que nós possamos avançar com a contribuição dos senhores.

Chamaríamos, antes da representação da sociedade civil, a Drª Elizabeth, representando a Defensoria Pública.

Drª Elizabeth Sousa. (*Pausa.*)

A Deputada Fernanda está fazendo a operacionalização. Agora está em ordem.

**A SRª ELIZABETH SOUSA** – Está em ordem? Então, boa noite a todos. Cumprimento a Mesa, na pessoa da Deputada Jô Moraes, que brilhantemente vem conduzindo esse trabalho.

Eu gostaria de falar a respeito da Defensoria Pública, do trabalho que vem sendo desempenhado na questão do enfrentamento à violência contra a mulher.

Uma das perguntas é com relação a quantas defensorias especializadas existem no Estado.

Temos o Núcleo de Enfrentamento à Violência contra a Mulher (Nudem) aqui no Estado do Ceará. O Nudem funciona em Fortaleza, atualmente com dois defensores apenas, que sou eu e o Dr. Daniel. É um núcleo voltado para dar vez e voz às mulheres em situação de violência, vez, voz e assistência jurídica integral e gratuita, que é a função da Defensoria Pública.

A Lei Complementar nº 80, a nossa Lei Orgânica Nacional, estabelece, no art. 4º, entre a função institucional da Defensoria Pública, a questão da defesa da mulher vítima, uma proteção especial nesse sentido. E a Lei Maria da Penha também traça parâmetros para a atuação no caso da mulher vítima de violência, atuação da Defensoria Pública com a mulher vítima de violência.

Daí, aqui no Estado do Ceará, temos o art. 149 da Constituição Estadual, que estabelece que deve haver também um núcleo de encaminhamento com o objetivo de proporcionar à mulher orientação e acompanhamento jurídicos adequados e voltados aos problemas específicos.

Então, em função de tudo isso, da Lei Maria da Penha, que é implementação real de direitos humanos no Brasil, da nossa Lei Orgânica e da Constituição Estadual, temos, aqui no Estado do Ceará, o Núcleo de Enfrentamento à Violência contra a Mulher. Esse Núcleo, inicialmente, teve um projeto de instalação e de criação, embora já funcionasse, antes mesmo desse projeto, mas um projeto que a gente fez com o Pronasci, que nos deu subsídios do arcabouço material para funcionar. Entre esse material, a gente conseguiu também uma *van*, que é de grande importância no trabalho desse Núcleo. Essa *van* funciona pegando as mulheres na delegacia diariamente, de segunda a sexta, tanto pela manhã como à tarde – pela manhã fica o Dr. Daniel, à tarde fico eu, no Núcleo de Enfrentamento – e levando essas mulheres à Defensoria, direto da delegacia para a Defensoria, para que a gente possa lá dar todo o atendimento e toda a assistência, ver qual a necessidade da mulher no atendimento sensibilizado e humanizado para a questão dela. E aí a gente vem percebendo, inclusive, um grande número de mulheres hoje. O nosso Núcleo funciona na estrutura do Ceram, no 3º andar do Centro Estadual de Referência da Mulher. Funcionávamos, há algum tempo, duas casas ao lado, mas, como o locatário pediu o imóvel, tivemos que entregar e voltamos ao Ceram. Então, a gente tem um número grande de mulheres, tanto pela manhã como à tarde, atendendo.

Que tipo de atendimento é esse? A gente faz um atendimento, como falei, humanizado, sensibilizado, um atendimento em que a gente pode entrar com as ações cíveis, criminais, de família e também com as medidas protetivas. Então, a gente vê se há necessidade de medidas protetivas, no caso da mulher, se há necessidade de um encaminhamento para um abrigo, a gente vê que tipo de ação que ela precisa, seja de indenização, seja uma ação no caso de intervenção, de filhos com caso de drogas que precise de uma intervenção, a gente também entra com esse tipo de ação, e vários outros tipos de ações, como alimentos, reconhecimento de solução de união estável, divórcio, todo tipo de ação, seja judicial ou não, mas todo tipo de ação que seja decorrente da violência doméstica e familiar praticada.

Então, no Nudem a gente trabalha a nossa resolução de criação, que é de 2010. A gente já fazia um trabalho antes da resolução de 2010, bem antes, e temos registros de 2004. Antes de 2004, também tínhamos o trabalho desempenhado pela brilhante Mônica Barroso aqui, que trabalhava na questão também da mulher. Mas, em 2004 temos um registro voltado a esse formato que temos hoje do Nudem. Então, podemos precisar que, de 2009 para cá, tivemos 15.025 atendimentos a mulheres em situação de violência, e, juntando os dados de 2004, anteriormente à minha entrada no Nudem, quando o Nudem funcionava junto à Delegacia Especializada, nós temos um dado, até hoje, de cerca de 24 mil atendimentos a mulheres em situação de violência. Então, temos petições, encaminhamentos, ofícios, medidas protetivas, tudo que for necessário para ajudar a mulher, que dá aquele amparo na situação de violência.

Não faz parte do Nudem, na estrutura do Ceará, definida no Ceará hoje, mas temos também atuação com relação à defesa da mulher, do defensor no juizado. Costumo dizer que não gosto muito desse nome de Juizado de Violência Doméstica, por quê? Porque, embora esteja escrito na Lei Maria da Penha esse nome, dá a impressão de que são crimes de menor importância, quando, na verdade, a intenção foi sair de um juizado especial para uma vara especializada, para que você tenha o entendimento de que é uma grave ofensa aos direitos humanos da mulher, e você guardou o nome juizado, que ainda dá aquele entendimento, para algumas pessoas, de que seria algo que pode se resolver com institutos despenalizadores, que não é o que descreve a Lei Maria da Penha.

O Nudem realiza importantes trabalhos na questão da violência doméstica e familiar.

Temos também, em Juazeiro, um defensor na atuação da defesa da mulher e, em Juazeiro, um defensor que faz as duas funções, tanto auxiliando a mulher como auxiliando o homem. Infelizmente, nosso número hoje... Inclusive, a segunda pergunta trata a respeito de como a Defensoria Pública atua nas comarcas onde há apenas um defensor. Infelizmente, hoje, nossa realidade é de que cerca de 70% dos Municípios do Estado do Ceará não têm defensor público. Então, temos uma situação estarrecedora com relação ao número de defensores.

Temos, hoje, 295, considerando que já saiu uma para a magistratura recentemente e também já tivemos outras perdas, mas temos um dado de cerca de 295 defensores, quando, em 2009, foi feito um estudo pelo Ministério da Justiça que constatou que, no Estado do Ceará, havia necessidade de 672 defensores públicos.

Então, temos esse defensor que atua em Juazeiro...

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Atualmente são quantos?

**A SRª ELIZABETH SOUSA** – São 295, mas aí pode ser que tenha saído um ou entrado outro recentemente; é um dado aproximado: 295 defensores públicos.

Então, qual a atuação da defensoria? Específica, especializada, nós temos, aqui, o Nudem, em Fortaleza, que também tem o dever de prestar assistência, orientação e consultoria jurídica aos demais defensores do Estado do Ceará e também a questão da defesa da mulher feita no juizado de violência, digamos na Vara Especializada de Violência Doméstica daqui de Fortaleza, e em Juazeiro também, um defensor que faz as vezes da defesa, também, especializada.

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Nudem em Fortaleza e em Juazeiro?

**A SRª ELIZABETH SOUSA** – Em Fortaleza e em Juazeiro, mas o Núcleo Especializado só em Fortaleza; temos o defensor que atua na Vara de Violência Doméstica de Juazeiro.

Bom, acho importante a gente colocar os dados do Nudem, que tipo de trabalho vem sendo desempenhado pelo Nudem. Este ano, a gente teve o projeto Autonomia da Mulher: uma Saída da Violência. Acho esse projeto bem interessante. Acho esse projeto bem interessante, porque a gente buscou trabalhar a questão da autonomia. Como? A gente fez coleta de dados, a gente formulou um questionário para ser indagado às mulheres a respeito da dependência e da violência que elas sofrem. Então, tivemos, neste ano, quando começamos em março a coleta dos dados, constatamos 469 casos de violência física, 398 casos de violência moral, 395 casos de violência patrimonial, 222 casos de violência psicológica e 50 casos de violência sexual, de março para cá.

Fizemos, também, levantamento com relação à dependência e constatamos um número bem maior de dependência financeira. Estudamos também a questão da comportamental, mas, disparado, nós temos a questão da violência financeira.

Fizemos, também, o *folder* explicativo como parte desse projeto. Quando à questão do concurso de redação, mapeamos dez escolas nos locais de maior violência de Fortaleza e aplicamos um concurso de redação com premiação. Para corrigir as redações, envolvemos membros do Ministério Público, do Poder Judiciário, para nos ajudar nesse trabalho.

Também faz parte desse trabalho a articulação com Sesc, Senai, Secretarias Estadual e Municipal. Desenvolvimento social é um trabalho que está em vias de implantação, mas todos fazem parte do projeto Autonomia da Mulher: uma Saída da Violência.

Bem...

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Há a previsão do orçamento que a Defensoria Pública tem para a defensoria especializada?

**A SRª ELIZABETH SOUSA** – Não, nós não temos um orçamento específico. A partir do momento que tivermos a necessidade, elaboramos o projeto solicitando as verbas necessárias. Então, é caso a caso.

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Pode haver Município que tenha um defensor?

**A SRª ELIZABETH SOUSA** – Pode haver Município. Em algumas comarcas vai haver apenas um defensor público.

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Um defensor pode ser defensor da vítima, ter que ser defensor da vítima e defensor do agressor?

**A SRª ELIZABETH SOUSA** – Aí é que está. Nessas comarcas fica aquela história: quem chegou primeiro vai fazer o atendimento. Alguns defensores escolhem fazer o atendimento voltado para a vítima, outros escolhem fazer o atendimento voltado para o agressor. Então, há certa margem e o defensor analisa caso a caso na comarca.

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Mas o defensor não acumula a defesa da vítima e a defesa do agressor?

**A SRª ELIZABETH SOUSA** – Não.

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Alguém vai ficar sem defensor público?

**A SRª ELIZABETH SOUSA** – É, alguém vai ficar sem defensor público. Infelizmente, é a nossa realidade hoje, com cerca de 70% de Municípios sem defensor público. Essa é a nossa infeliz realidade no Estado do Ceará, com relação à quantidade de defensores públicos. Aí, a questão da especialização também vale com relação à quantidade. Então, ele faz todo o atendimento da comarca, sejam ações cíveis ou criminais, e também esse atendimento especializado, podendo pedir orientação ou consultoria ao Nudem, como prevê a resolução do Nudem.

A resolução do Nudem prevê também a nossa articulação em diversos órgãos e organismos. Então, aqui também já viemos com apresentação de projeto neste ano mesmo, que era uma sugestão de projeto de lei para as mulheres vítimas de violência, com marcas no corpo, para poderem ter um atendimento de prioridade no SUS. Um modelo que veio do Rio Grande do Sul e procuramos introduzir aqui também, no Estado do Ceará, que apresentamos à Deputada Rachel Marques e vem tramitando.

Bom, eu queria fazer um relato das grandes atuações do Nudem nessas questões. Então, temos aqui ação civil pública que movemos, porque o Nudem tem também esse olhar para as necessidades da rede, pois nós atuamos em rede. Então, quanto às delegacias da mulher, lutamos para que haja nas comarcas onde há mais de 60 mil habitantes, que é uma determinação da Constituição Estadual. E para que haja pelo menos mais uma em Fortaleza, entramos com a ação civil pública, que, claro, precisa de uma articulação. Inclusive, eu já falei com o Ministério Público que precisamos de uma articulação em conjunto para que vá para frente e consigamos êxito nessa ação, para que não seja só uma ação na qual foi dada entrada e ficará ali, morta. Então, precisamos de certa ajuda da rede para movimentar.

São vários os assentos: conselhos; Superintendência dos Direitos da Mulher; a questão da atuação do projeto multidisciplinar na época da Delegacia de Defesa da Mulher; a capacitação de defensores públicos. Esse é um registro que estou fazendo de 2004 para cá, mais um resumo do que foi feito. A questão de capacitação de estagiários; a atuação em Centro Estadual de Referência e Apoio, a atuação do Ceram; as reuniões, vigílias, debates com a sociedade civil organizada; participação em grupos de trabalho intergovernamental Por Amor à Vida da Mulher, em 2005; participação de jornada de trabalho sobre a Lei Maria da Penha; participação no Conselho Nacional de Justiça, em 2006; participação na 1ª Conferência Estadual de Políticas Públicas para Mulheres, em Fortaleza, em 2007; na também 1ª Conferência Federal, em Brasília, do Fórum Estadual de Segurança Pública; do espaço intergovernamental; também em comissões e monitoramento; em reuniões do pacto de enfrentamento à violência contra a mulher; participação em audiências públicas; participação em comissão, visando a uma análise sobre a questão das clínicas de aborto. Enfim, vou adiantar para não ficar muito enfadonho. A gente tem todos esses dados...

Informo, também, que a gente entregou os nossos relatórios por meio do Condege, onde temos a reunião das defensorias do Brasil; ali há um núcleo voltado para a questão de violência doméstica. Os NUDEMs do Brasil entregamos ao Condege, à Comissão da Mulher, o relatório, que foi entregue de maneira conjunta: Bahia, Pernambuco, Rio Grande do Sul e os demais Estados.

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Nós solicitamos, Drª Elizabeth, que seja encaminhada diretamente – nós damos um prazo de 10 dias – à Secretaria, porque, segundo a informação da Secretaria, ainda não chegou, e como nós fazemos o registro por Estado, é fundamental que a senhora nos envie os mesmos dados.

**A SRª ELIZABETH SOUSA** – O.k. É porque a gente fez de uma maneira a apresentar todas em conjunto. A respeito da CPMI, tivemos uma reunião do Condege voltada para esse assunto e cada um foi apresentando os dados. Mas, sim, enviarei os dados do Ceará de forma direta.

A questão de mutirões. Participamos de vários mutirões de atendimento, porque o Nudem também tem atuação de educação em direitos. Então, passamos por vários bairros fazendo essa educação em direitos, para orientar e esclarecer a mulher a respeito da Lei Maria da Penha e dos direitos mesmo da mulher, porque há muitas dúvidas a respeito do que ela pode. Ela acha que não pode pedir ajuda porque ele disse, por exemplo, que tudo é dele. Então, tem-se que esclarecer também a questão do Direito Civil, do Direito de Família, com uma linguagem facilitada, pela qual ela possa entender que também tem direitos e que não é o que ele diz que vai imperar, uma vez dada entrada em uma ação.

Bom, tive participação em conferências e mutirões de atendimento; no Dia de Combate à Violência contra a Mulher, que ocorreu em 25 de novembro de 2010, no Theatro José de Alencar; e de reunião organizada pela Frente Parlamentar dos Direitos da Mulher, da Criança e do Adolescente, na Câmara Municipal de Fortaleza, para debater a implantação do Conselho Municipal da Mulher; participei de eventos promovidos pelos centros de referência, como o Café em Rede; participei de seminários e também de reuniões da rede, inclusive promovidos também pelo Ministério Público. Estivemos presentes em todas as reuniões.

Bem, houve reunião com a Secretária Substituta do Tribunal de Contas; da União e Fiscalização.

(*Soa a campainha*.)

**A SRª ELIZABETH SOUSA** – Enfim, são várias atividades de que o Nudem participa e realizou, foram várias palestras que demos, inclusive também em parceria com o Instituto Maria da Penha, na questão das mulheres defensoras. Eu ficaria aqui citando várias questões, como a das cartilhas e a carta endereçada ao Senado, carta em que mostramos ponto por ponto o Projeto nº 156, de 2009, que era um projeto de reforma, como citou o Dr. Anailton, do Código de Processo Penal, em que havia algumas violações à Lei Maria da Penha. Fizemos uma análise apurada em cada artigo e em cada ponto que achamos que poderia haver violação e enviamos uma carta ao Senado.

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Um minuto. (*Pausa.*)

Tem a palavra.

**A SRª ELIZABETH SOUSA** – Pronto. Colhemos assinaturas de Deputados para a feitura desta carta, carta que foi enviada ao Senado, analisando ponto por ponto, justificando cada ponto, sugestão de alteração e tudo o mais, inclusive recebemos elogios do Senado na época da Senadora Serys Slhessarenko do trabalho efetivado no Nudem, e que conseguimos fazer em parceria também com os demais órgãos e organismos.

Então, eu teria aqui várias ações do Nudem para citar.

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Estão todas no relatório?

**A SRª ELIZABETH SOUSA** – É, estão todas no relatório.

Tivemos também reuniões com a Deputada Fernanda Pessoa, além de várias reuniões aqui. Mas eu gostaria de dizer que o Nudem,...

(*Interrupção do som.*)

**A SRª ELIZABETH SOUSA** –... sempre com a visão voltada para a questão da defesa da mulher, tem trabalhado sempre em rede, para que a gente possa minorar os problemas, porque a gente sabe que a violência doméstica é para presentes e futuras gerações. Então, as condutas repetitivas a gente vem visualizando: em famílias em que há violência doméstica, essa violência também é reproduzida na família dos filhos; filhos que se revoltam com o que aconteceu com a mãe, acabam reproduzindo a situação também com suas mulheres no futuro, mesmo estando revoltados com o que aconteceu com a mãe.

Então, temos essa preocupação enorme no enfrentamento à violência contra a mulher.

Agradeço a atenção.

Peço desculpas por ter extrapolado um pouco tempo, mas é porque havia muito a relatar.

Estamos lado a lado de todo o trabalho feito no enfrentamento.

Muito obrigada.

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Nós agradecemos, Drª Elizabeth Sousa, o imenso esforço que os defensores e defensoras que atuam nessa área têm de enfrentar.

Registramos que a contribuição aos equívocos presentes no projeto Código Penal é fundamental. E dizer que se nós temos um diagnóstico aqui do Ceará, e a situação mais dramática que nós poderíamos registrar aqui é a da Defensoria Pública nas condições em que ela atua. Deveremos, depois, discutir com a Frente Parlamentar, com a Procuradoria e, em seguida, com o Governador, porque não é possível que um Estado com essa dimensão, com a pobreza em determinados Municípios, tenha 70% dos Municípios sem cobertura da Defensoria.

Obrigada.

Boa noite.

Nós queremos registrar aqui a presença desde cedo Ingrid Borges, Mara e Denise que são representantes da Secretaria de Justiça e Cidadania do Núcleo de Enfrentamento do Tráfico de Pessoas.

Queremos, neste momento, passar a palavra para o último convidado desta audiência pública, esclarecendo que nós sempre deixamos a sociedade civil para falar como última convidada, exatamente porque ela tem a dimensão da avaliação crítica de todos os processos e informações. Então, é com muita satisfação para esta CPMI – repito – que passo a palavra à Maria da Penha, cuja luta deu origem a uma das mais importantes conquistas da mulher brasileira.

Com a palavra a representante da sociedade civil, Maria da Penha. (*Pausa*.)

Gostaríamos de saber se há algum microfone sem fio que pudesse ser providenciado. Está sendo providenciado um microfone sem fio. Se a senhora quiser aguardar ou iniciar apenas uns dois minutos, já está vindo o microfone sem fio. Agradeço a presteza com que o serviço de comunicação da Casa, os seus servidores, atenderam às nossas necessidades; necessidades que eles nem imaginavam que pudessem existir.

**A SRª MARIA DA PENHA** – Boa noite a todas as personalidades aqui presentes, autoridades e à Srª Deputada Jô.

Não imaginam a alegria de eu estar neste momento aqui conversando, debatendo um assunto tão importante e tão necessário para a sociedade brasileira.

No mês de maio de 2013 completam 30 anos do início da minha luta. Foi em maio de 1983 que fui vítima de violência doméstica, e, depois de 26 anos, foi criada a Lei que hoje está sendo discutida, de cuja criação eu participei, sendo batizada com o meu nome.

Por um lado, fico muito feliz de saber que esta lei está fazendo a diferença na sociedade brasileira, mas, ao mesmo tempo, vivi momentos de muita tristeza, porque a lei é uma legislação muito positiva, a gente fala com essa positividade na alma, incentiva as mulheres a denunciarem, mas muitas delas vão denunciar e não têm a acolhida do Estado. Muitas delas são assassinadas nesse momento em que acreditam que serão protegidas, e essa proteção não acontece, a rede não funciona como deveria.

Vi aqui o envolvimento individual de cada instituição, das pessoas que realmente acreditam que a cultura de paz no mundo vai começar com a cultura dentro da nossa casa; e estão trabalhando nesse sentido, porque, na hora em que a lei estiver cumprindo realmente o seu dever em todos os momentos, a cultura de paz vai começar a se instalar dentro da casa de cada um. A partir daí, a cultura de paz no mundo torna-se mais fácil de existir.

Queria falar que, do que escutei aqui, realmente é uma realidade a dificuldade da verdadeira aplicabilidade da lei.

Fortaleza é uma cidade que já comporta uma delegacia em cada bairro e, em todos os momentos em que tenho oportunidade de falar, digo isso. Então, é do conhecimento de todas as autoridades do meu Estado que uma Delegacia da Mulher em cada bairro seria o suficiente. Mas, como sempre há um desconto nessa conta, Deus queira que as novas delegacias que prometeram sejam criadas o mais rápido possível. Já é um avanço.

Um avanço também seria a criação do Complexo da Mulher, porque acreditamos que o investimento em espaço físico vai ser menor do que se criar um juizado, uma delegacia em cada local.

Então, vários juizados poderão existir e estar funcionando no mesmo local como algumas delegacias da mulher ou então uma delegacia com várias profissionais capacitadas, várias delegadas e delegados capacitados, sensibilizados para a questão da mulher e um equipamento que a lei determina que eu até diria que é mais importante do que a delegacia da mulher, que é o centro de referência da mulher, porque, muitas vezes, a mulher só tem uma delegacia para ir e ela chega desnorteada, maltratada e não é bem atendida e depois ela se arrepende e quer, como se dizia antigamente, retirar a queixa.

Para que isso não aconteça, até para que o trabalho da delegacia seja mais efetivo e atenda realmente os casos em que as mulheres estão decididas a denunciar, acho que o centro de referência é um local por excelência para ser multiplicado para o atendimento à lei, porque essa mulher vai se inteirar sobre seus direitos, vai ser orientada, vai repensar e, quando chegar na delegacia, vai estar decidida e vai poder dar continuidade a essa processo com mais segurança do que se ela não tivesse previamente ido a um centro de referência de atendimento à mulher.

Também gostaria que fosse repensada a questão dos juizados. Por exemplo, Fortaleza só tem um juizado que recebe uma demanda muito grande e dois juízes é muito pouco para trabalhar a demanda que existe em Fortaleza, uma cidade com 2,8 milhões de habitantes. Na época em que o juizado foi criado em Fortaleza, foi criado um juizado que, no meu entendimento, seria o juizado da região do Cariri, por quê? Porque atenderia uma região onde há cerca de cinco ou seis municípios circunvizinhos muito próximos e daria para atender a demanda com certa comodidade.

Fiquei surpresa depois ao saber que não existe juizado na região do Cariri. É o juizado de Juazeiro do Norte, uma cidade que não sei se tem 100 mil habitantes. Então, o repensar, uma reestruturação no Poder Judiciário para que pudesse rever essa questão, já que é tão dispendiosa a criação de um juizado que pelo menos que ele atenda mais regiões próximas, porque é assim que precisa ser feito e quando se quer fazer alguma coisa, procuram-se soluções para que essas coisas aconteçam. Então, acho que o repensar do Poder Judiciário neste sentido seria muito interessante.

Outra coisa também que sozinha fico pensando: se antes de haver juizado em Fortaleza existiam as varas criminais, que atendiam todo tipo de crimes, e se essas varas criminais foram esvaziadas e os casos foram bater no juizado da mulher, por que não a reestruturação dessas varas? Acho algumas varas foram esvaziadas, então, por que não se ter um mecanismo para enxugá-las e que aquela verba, o que está ocioso, seja aproveitado na formação do juizado da mulher?

Falo isso na questão de ter um equilíbrio melhor entre as varas criminais existentes e o juizado da mulher. Às vezes, muitas varas criminais são ociosas e há apenas um juizado da mulher em Fortaleza, com excesso de trabalho, que implica mais demora na finalização de um processo. E isso, quanto mais rápido for feito melhor; concluído, melhor.

Quero dizer que eu, apesar da tristeza em alguns momentos, com a lentidão com que a Lei Maria da Penha é implementada no meu Estado, as inúmeras viagens pelo País me têm dado inúmeras alegrias. A gente tem encontrado...

Eu fico surpresa, sim, em Mato Grosso do Sul, em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, dois Estados que foram desmembrados. Mato Grosso foi desmembrado, e eu já estive em dois Estados. E tanto Mato Grosso quanto Mato Grosso do Sul trabalham com muita competência o enfrentamento da violência doméstica.

Semana passada, eu estive em Campo Grande, capital do Mato Grosso do Sul. Adorei o que é feito lá. Fui para Nova Andradina, uma cidade a 400 quilômetros de distância, por terra, uma cidade de 50 mil habitantes, onde a rede, a teia funciona em todos os sentidos. Lá as escolas educam. Há uma união, uma teia entre Polícia Civil, Polícia Militar, Corpo de Bombeiros, Secretaria de Segurança. É muito, muito, muito atuante.

Era isso que eu queria para Fortaleza. Era isso que eu queria para o Ceará, com poucos Municípios trabalhando a questão da violência doméstica, sem ter uma delegacia da mulher, sem ter um centro de referência.

E isso deixa a gente triste. Mas hoje estou renovada com o que escutei aqui, porque nós estamos falando agora para uma CPMI, que está sendo trabalhada em todo o País. E nós temos muitas pessoas valorosas, homens e mulheres, à frente dela. E a esperança é de que, a partir desta CPMI, as perspectivas sejam outras para a família brasileira.

Muito obrigada. (*Palmas*.)

**O SR. PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Nós agradecemos.

**A SRª MARIA DA PENHA** – Eu queria só acrescentar que eu, não mais como pessoa física, mas por meio do Instituto Maria da Penha, nós também estamos empenhados no enfrentamento da violência doméstica. A Drª Mônica já falou. O instituto fez uma parceria com a Cepam. E estamos divulgando a lei através do cordel, através da música em vários Municípios cearenses. Inclusive, o Instituto já esteve em outros Estados, como Pernambuco, Ceará, Mato Grosso, Quixadá, Mato Grosso do Sul e outros Estados.

E estamos também trabalhando com as empresas, junto com os funcionários das empresas, trabalhando a questão do enfrentamento, porque muitos funcionários homens nem sabem que estão praticando violência contra a sua mulher, porque o que eles entendem por violência doméstica é a violência física. Eles se conscientizam disso, assim como os empresários, que estão tomando conhecimento de que muitas faltas da mulher ao trabalho e a falta de concentração dessa mulher no trabalho são devidas à violência doméstica. E eles têm interesse, então, de ter o seu capital valorizado e de que suas funcionárias se livrem da violência doméstica; ou, então, para evitar um prejuízo, inclusive, financeiro para sua empresa.

Era isso que eu gostaria de falar no dia de hoje e agradecer o convite que me foi feito.

**O SR. PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Nós agradecemos e consideramos o depoimento da Maria da Penha, testemunha não só de luta e de conquista da coragem das mulheres cearenses, mas, sobretudo, um sentimento de determinação, registrando aqui que, no próximo mês de maio, ela completará 30 anos de resistência para que as mulheres não enfrentassem mais a situação que ela própria enfrentou.

Nós agradecemos ao Deputado Roberto Cláudio, Presidente desta Assembleia, pela acolhida deste requerimento.

Agradecemos aos funcionários e funcionárias que estão até agora nos prestando todo o suporte.

Fazemos um agradecimento especial à Deputada Fernanda, à Deputada Beth Rose e Deputada Raquel, que aqui estava presente, e também ao Deputado Lula, dizendo às senhoras que estão à frente da Frente Parlamentar de Defesa dos Direitos da Mulher e da Procuradoria da Mulher que a continuação deste processo é um imenso desafio, sobretudo o envolvimento das organizações da sociedade civil, como bem disse a Drª Magnólia, das entidades de mulheres, para que possamos efetivar, no Estado do Ceará, uma estrutura que corresponda às demandas das mulheres cearenses.

Não havendo nada mais a tratar, agradeço a presença de todos, declaro encerrada a presente reunião.

Deputada Jô Moraes (PCdoB/MG)

Presidente

*(Iniciada às 15 horas e 44 minuto, a reunião é encerrada às 19 horas e 25 minutos.)*